

idn cadernos

# VI SEMINÁRIO DE DEFESA NACIONAL

ANA ISABEL XAVIER, ANTÓNIO FONTES RAMOS, BRUNO OLIVEIRA MARTINS, ISABEL FERREIRA NUNES, LILIANA REIS, MARCO FILIPE MORAIS PINTO, NUNO LEMOS PIRES, VASCO RATO

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL  
10 DE DEZEMBRO DE 2024

idn Instituto  
da Defesa Nacional

Março  
2025  
n.º 56



# VI Seminário de Defesa Nacional

Dezembro de 2024

Instituto da Defesa Nacional

Os Cadernos do IDN resultam do trabalho de investigação residente e não residente promovido pelo Instituto da Defesa Nacional. Os temas abordados contribuem para o enriquecimento do debate sobre questões nacionais e internacionais.

As opiniões livremente expressas nas publicações do Instituto da Defesa Nacional vinculam apenas os seus autores, não podendo ser vistas como refletindo uma posição oficial do Instituto da Defesa Nacional ou do Ministério da Defesa Nacional de Portugal.

---

***Diretora***

Isabel Ferreira Nunes

---

***Editor***

Luís Cunha

---

***Núcleo de Edições***

Filipa Teles

---

***Capa***

Nuno Fonseca/nfdesign

---

***Propriedade, Edição e Design Gráfico***

Instituto da Defesa Nacional

Calçada das Necessidades, 5, 1399-017 Lisboa

Tel.: 21 392 46 00

Fax.: 21 392 46 58

E-mail: [idn.publicacoes@defesa.pt](mailto:idn.publicacoes@defesa.pt)

[www.idn.gov.pt](http://www.idn.gov.pt)

---

***Pré-Impressão, Impressão e Acabamento***

Editorial do Ministério da Educação e Ciência

Estrada de Mem Martins, 4, São Carlos — Apartado 113 – 2726-901 Mem Martins

Tel.: 219 266 600

Fax: 219 202 765

E-mail: [geral@emec.gov.pt](mailto:geral@emec.gov.pt)

[www.emec.gov.pt](http://www.emec.gov.pt)

---

ISSN 1647-9068

Depósito Legal 344513/12

---

© Instituto da Defesa Nacional, 2025

---

## Índice

Conceito do VI Seminário de Defesa Nacional	5
Programa do VI Seminário de Defesa Nacional	7
Nota Explicativa	9
Relatório do VI Seminário de Defesa Nacional	11
Sumário Executivo	11
Lições	13
Anexo: Transcrições	25



## Conceito do VI Seminário de Defesa Nacional

### “Cooperar e Coordenar em Defesa”

O regresso da guerra à Europa, com a agressão não provocada e injustificada da Rússia contra a Ucrânia, assim como as importantes mudanças geopolíticas ocorridas, pressionam a capacidade da União Europeia, da NATO e dos seus Estados-membros para promover uma visão global e defender os seus interesses estratégicos e valores comuns. A sua capacidade de atuação conjunta será determinante para a defesa de uma nova ordem euro-atlântica de segurança e defesa.

Numa ordem global volátil e complexa, onde se acentuam as fraturas geopolíticas e geoeconómicas, os conceitos de cooperação e coordenação estão também em mudança, encontrando-se cada vez mais dependentes da distribuição do poder e do equilíbrio entre as relações de cooperação, competição e conflito, decorrentes da complexidade do ambiente internacional de segurança.

No decurso das sessões, promover-se-á o debate em torno de grandes questões que concorrem para o objetivo temático do seminário: as tendências e o impacto das crises e dos conflitos na formulação das políticas de defesa; o planeamento e a capacitação em defesa num contexto multidomínio; e a inovação tecnológica e o desenvolvimento de uma base tecnológica de defesa num quadro multilateral de defesa. Serão também debatidas a coordenação e agilização dos instrumentos cooperativos de que são exemplos principais a Cooperação Estruturada Permanente (PESCO) da UE, o Fundo Europeu de Defesa (FED), o Processo de Planeamento da Defesa da NATO, o Plano de Desenvolvimento de Capacidades (CDP) da UE, o Hub para Inovação em Defesa Europeia (HEDI) da Agência Europeia de Defesa (EDA), o Acelerador de Inovação em Defesa para o Atlântico Norte (DIANA) e o NATO Innovation Fund.

A segurança mundial e transatlântica depende da complementaridade e coesão entre a União Europeia e a NATO, na construção da defesa do espaço euro-atlântico e dos países aliados. Também neste contexto, a evolução do atual sistema de segurança na região do Indo-Pacífico, num quadro de tensão internacional, impactará a correlação entre os regimes de segurança no Atlântico e no Indo-Pacífico, em particular face à assunção de responsabilidades por parte de uma nova administração norte-americana e que será também objeto de análise deste seminário



# Programa do VI Seminário de Defesa Nacional

## “Cooperar e Coordenar em Defesa”

10 de dezembro de 2024

### 09h45 | Sessão de Abertura

**Prof.ª Doutora Isabel Ferreira Nunes**, Diretora do Instituto da Defesa Nacional

**Prof.ª Doutora Ana Isabel Xavier**, Secretária de Estado da Defesa Nacional

### 10h00 | Intervenção – Cooperar e Coordenar em Defesa

Keynote speaker: **Prof. Doutor Vasco Rato**, Investigador do Instituto da Defesa Nacional

Moderação: **Prof. Doutor Carlos Gaspar**, Investigador do Instituto da Defesa Nacional

### 10h45 | Intervalo

### 11h00 | Painel – Cooperação e coordenação no espaço euro-atlântico

#### **Riscos e oportunidades no espaço de defesa euro-atlântico**

**Tenente-General Nuno Lemos Pires**, Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional, DGPDN/MDN

#### **As crises e os conflitos atuais e a formulação das políticas públicas de defesa**

**Doutor Bruno Oliveira Martins**, Senior Researcher do Peace Research Institute Oslo (PRIO) e Investigador Associado do IDN

#### **Inovação tecnológica e o desenvolvimento de uma base tecnológica de defesa no quadro multilateral**

**Tenente-Coronel Marco Filipe Morais Pinto**, Chefe da Divisão de Indústria, Logística e Investigação e Desenvolvimento, DGRDN/MDN

Moderação: **Coronel Carlos Coutinho Rodrigues**, Assessor de Estudos do Instituto da Defesa Nacional

### Sessão da tarde

### 14h30 | Painel – As Consequências para a Defesa Nacional das atuais transições geopolíticas e a emergência do Indo-Pacífico

**Tenente-General António Fontes Ramos**, Professor Convidado da Universidade Católica Portuguesa

**Prof.ª Doutora Liliana Reis**, Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Defesa Nacional

Moderação: **Major-General Ana Baltazar**, Subdiretora-Geral de Política de Defesa Nacional

### 16h00 | Fim do Seminário



## Nota Explicativa

O VI Seminário de Defesa Nacional, subordinado ao tema “Cooperar e Coordenar em Defesa”, realizou-se no IDN, em Lisboa, no dia 10 de dezembro de 2024, constituindo um espaço de reflexão e debate aberto à sociedade sobre a execução da política de defesa nacional. Entendeu o IDN elaborar um *output* deste mesmo seminário sob a forma de um relatório, baseado em técnicas de análise de Lições Aprendidas, inspirada na metodologia utilizada pelo Exército Português (EP). O objetivo é apresentar conclusões e recomendações, que possam constituir uma contribuição objetiva para apoio à decisão política sobre a temática desenvolvida durante o Seminário.

A partir de um conceito inicial, o Seminário foi estruturado em duas partes dedicadas ao tema geral “Cooperar e Coordenar em Defesa”, que teve na abertura uma intervenção da Diretora do IDN, Professora Doutora Isabel Ferreira Nunes, seguida de uma intervenção da Exma. Senhora Secretária de Estado da Defesa Nacional, Professora Doutora Ana Isabel Xavier. A primeira parte do seminário contou com uma conferência de abertura subordinada ao tema “Cooperar e Coordenar em Defesa”, apresentada pelo Professor Doutor Vasco Rato, seguida de quatro apresentações: Riscos e oportunidades no espaço de defesa euro-atlântico, pelo Tenente-General Nuno Lemos Pires, Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional, da DGPDN/MDN; As crises e os conflitos atuais e a formulação das políticas públicas de defesa, pelo Doutor Bruno Oliveira Martins, Senior Researcher do Peace Research Institute Oslo e Investigador Associado do IDN; Inovação tecnológica e o desenvolvimento de uma base tecnológica de defesa no quadro multilateral, pelo Tenente-Coronel Marco Filipe Morais Pinto, Chefe da Divisão de Indústria, Logística e Investigação e Desenvolvimento da DGRDN/MDN. Na segunda parte, abordou-se as Consequências para a Defesa Nacional das atuais transições geopolíticas e a emergência do Indo-Pacífico, com apresentações do Tenente-General António Fontes Ramos, Professor Convidado da Universidade Católica Portuguesa, e da Professora Doutora Liliana Reis, Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Defesa Nacional.

A metodologia adotada para a elaboração do presente relatório consistiu, numa primeira fase, em proceder-se à transcrição das intervenções dos diferentes conferencistas, levantando os principais aspetos conclusivos apresentados, referindo observações, isto é, desconformidades referidas e soluções preconizadas.

A segunda fase foi dedicada à identificação e seleção dessas mesmas observações, procedendo-se a uma análise com técnicas, usualmente utilizadas em análises de Lições Aprendidas, que permitiram, tanto quanto possível, identificar os problemas ou as desconformidades apresentadas.

Por fim, a terceira fase consistiu na elaboração do presente relatório final, no qual constam as Lições com os seguintes elementos: Observações (problemas identificados), Discussão (análise efetuada), Conclusões (aprendizagens a reter) e Recomendações (soluções preconizadas). Para além destes, caso se identifique uma Ação Corretiva

(proposta de aplicação da solução) e se decida nomear uma Entidade de Ação (quem deverá levar a cabo a execução da solução) então, tecnicamente, estamos perante uma designada Lição Identificada, gerando conhecimento útil para as instituições e respetivos quadros, no âmbito da aprendizagem organizacional e do apoio técnico à tomada de decisão.

Neste contexto, este relatório inclui as considerações mais relevantes na perspetiva de um dos objetivos para o qual o VI Seminário de Defesa Nacional foi realizado, nomeadamente contribuir para apoiar a decisão a nível estratégico-político, não podendo, no entanto, ser considerado um produto acabado de Lições Aprendidas, embora permita um trabalho posterior de conclusão do referido processo.

Os conteúdos do presente relatório e as transcrições em anexo serão objeto de publicação em 2025, na linha editorial do IDN intitulada “IDN Cadernos”.

# Relatório do VI Seminário de Defesa Nacional

## Sumário Executivo

O VI Seminário de Defesa Nacional, realizado no Instituto da Defesa Nacional (IDN) em Lisboa, no dia 10 de dezembro de 2024, ofereceu um espaço de reflexão e debate sobre a execução da política de Defesa Nacional, centrando-se no tema “Cooperar e Coordenar em Defesa”.

Este relatório sintetiza as conclusões e recomendações geradas, utilizando uma metodologia e técnicas de Lições Aprendidas, com o objetivo de apoiar decisões estratégicas e políticas.

### Principais Conclusões e Recomendações:

#### 1. Cooperação Internacional em Defesa

**Conclusões:** A necessidade de coordenação entre aliados é essencial para enfrentar desafios geopolíticos, climáticos e cibernéticos. A fragmentação das políticas de defesa e a falta de interoperabilidade tecnológica comprometem respostas eficazes.

**Recomendações:**

- Criar redes colaborativas para partilha de informações em tempo real.
- Reduzir a complexidade processual da tomada de decisão de estruturas multilaterais como a UE e a NATO.
- Promover parcerias tecnológicas e fortalecer a presença estratégica no Indo-Pacífico.

#### 2. Inovação Tecnológica

**Conclusões:** A coordenação no desenvolvimento de tecnologias emergentes é crucial para evitar redundâncias e melhorar a integração entre aliados.

**Recomendações:**

- Estimular parcerias entre governos, indústrias e academia.
- Priorizar áreas estratégicas como inteligência artificial e cibersegurança.
- Maximizar a participação em programas de financiamento como o Fundo Europeu de Defesa ou o Fundo para a Inovação da NATO.

#### 3. Fortalecimento das Relações Civis-Militares

**Conclusões:** A integração da sociedade civil em políticas relacionadas com a Segurança e Defesa aumenta a resiliência nacional e legitima o investimento no setor.

**Recomendações:**

- Implementar programas de literacia em Defesa e fóruns de consulta.
- Adotar estratégias de “Defesa Total”, do nível nacional ao individual, em iniciativas conjuntas fomentadoras de resiliência.
- Promover campanhas de sensibilização sobre a importância da Defesa Nacional.

**4. Planeamento Estratégico de Longo Prazo**

**Conclusões:** A ausência de estratégias prospetivas compromete a eficácia das políticas de Segurança e Defesa face às mudanças tecnológicas e geopolíticas.

**Recomendações:**

- Desenvolver cenários prospetivos e mecanismos de financiamento sustentável.
- Alinhar as políticas de Defesa com objetivos nacionais em áreas como educação, ciência e tecnologia.
- Criar centros de excelência em Defesa e inovação tecnológica.

**5. Coordenação Nacional**

**Conclusões:** A falta de integração entre instituições de Defesa resulta em redundâncias e respostas fragmentadas.

**Recomendações:**

- Estabelecer um Centro Nacional de Coordenação de Defesa.
- Implementar sistemas de gestão de recursos compartilhados e protocolos comuns.
- Promover exercícios conjuntos para melhorar a interoperabilidade.

## Lições

### FINDING 1 – Necessidade de Promoção da Cooperação Internacional em Defesa

Destaca-se a necessidade de reforçar a coordenação entre países aliados, especialmente no espaço Euro-Atlântico e Indo-Pacífico, para enfrentar desafios geopolíticos, crises climáticas e ciberataques.

#### Observação

A crescente complexidade dos desafios globais, como tensões geopolíticas, alterações climáticas e ciberataques, associados à fragmentação das políticas de defesa, falta de interoperabilidade tecnológica e dificuldades na alocação de recursos comuns afetam a coordenação eficiente entre os países aliados, dificultando a formulação de respostas rápidas e eficazes num ambiente internacional em constante mudança.

#### Discussão

- 1. Natureza Transversal das Novas Ameaças:** Assiste-se ao emergir de novas ameaças, aliadas à tentativa de desconstrução de uma ordem internacional baseada em normas, tal como a conhecemos. A edificação singular da Aliança Atlântica e a progressiva construção de uma comunidade de cooperação política, social e económica entre Estados europeus conduziu à edificação de um sistema de segurança e defesa no espaço euro-atlântico, que enfrenta hoje desafios singulares. Estes extrapolam a natureza e o âmbito de atuação para os quais organizações formais, como a NATO e a União Europeia, foram criadas, obrigando à adaptação do seu desenho institucional e das suas capacidades sob o signo de uma prática colaborativa estruturante, sustentada nos princípios da coordenação interna e da cooperação externa entre países aliados.
- 2. Fragmentação das Políticas de Defesa:** Organizações como a NATO e a União Europeia apresentam estruturas complexas e, em alguns casos, burocráticas, que dificultam a rápida adaptação e resposta às ameaças emergentes.
- 3. Abordagem Integrada:** No contexto europeu, a preferência dos Estados por reterem uma formulação e implementação intergovernamental das suas políticas obstaculiza, por vezes, a institucionalização de um conceito de abordagem abrangente em política de Defesa, que convoca vários setores da Defesa num esforço comum. A diversidade de interesses nacionais pode criar barreiras a uma abordagem integrada.
- 4. Coordenar e Cooperar em Soberania Partilhada:** Coordenar e cooperar são desideratos que não incorrem, obrigatoriamente, nem numa perda de protagonismo das instituições nacionais, nem numa perda dos poderes soberanos do Estado ou dos seus atributos de governação. Ao invés, potencia a presença, fomenta as oportunidades, aumenta a influência e incrementa o desempenho regional e internacional de Estados e de organizações. Cooperar e coordenar implicam, hoje, a adoção de práticas de soberania partilhada, nomeadamente

no domínio ciber, híbrido e marítimo, mas também no âmbito do espaço, da revolução digital e da transformação e da transição energética. Parte deste processo adaptativo é uma forma de reter ou mesmo de aumentar a relevância estratégica, salvaguardando-se um certo grau de equidade estratégica entre pares.

5. **Desafios Tecnológicos:** A inovação tecnológica é crítica para a Defesa, mas a falta de coordenação entre aliados pode levar à duplicação de esforços, desperdício de recursos e dificuldade em criar soluções interoperáveis. No espaço euro-atlântico, a emergência de um conceito de “Nova Defesa” ou *New Defence* sugere uma mudança de paradigma para a Defesa a vários níveis: na tomada de decisão, no planeamento, na inovação tecnológica e na gestão dos recursos da Defesa. Também no que respeita às políticas de produção e aquisição em Defesa, as práticas colaborativas ocupam hoje um espaço importante na cooperação entre aliados, tendente à eliminação de redundâncias, à redução da duplicação de capacidades e à maximização de competências de inovação e desenvolvimento industrial dos países aliados, nomeadamente através do Fundo Europeu de Defesa e do Fundo para a Inovação da NATO.
6. **Novos Cenários Geopolíticos:** A emergência do Indo-Pacífico como foco estratégico global traz desafios adicionais para países como Portugal, que, tradicionalmente, concentram esforços no espaço euro-atlântico e cuja projeção internacional é amplificada pela centralidade deste espaço no sistema internacional.
7. **Maximização de Recursos:** A coordenação de esforços exige a otimização dos recursos financeiros e humanos disponíveis, o que muitas vezes não ocorre, devido não só à competição por financiamentos entre países aliados mas também devido a prioridades distintas. Uma ativa participação de Portugal em projetos colaborativos no quadro da segurança e defesa euro-atlântica permitirá ultrapassar os problemas decorrentes da sua posição periférica e da redução da relevância estratégica do território, no contexto de segurança euro-atlântico, podendo granjear-lhe uma maior projeção internacional.
8. **Partilha de Informação:** O ciberespaço representa um domínio estratégico emergente que exige colaboração para lidar com ameaças transnacionais, mas faltam mecanismos robustos de partilha de informação e Defesa coletiva.

## Conclusões

1. **Necessidade de Abordagem Colaborativa:** A colaboração entre países aliados, de que Portugal não deve abdicar, não é apenas desejável, mas essencial para enfrentar ameaças globais. Isso inclui participar em projetos colaborativos e fortalecer mecanismos de coordenação em múltiplos níveis: estratégico, operacional e tecnológico.
2. **Importância do Espaço Euro-Atlântico e Indo-Pacífico:** Reforçar a presença nesses espaços é vital para responder aos desafios emergentes e garantir relevância estratégica global.

- 3. Inovação e Integração Tecnológica:** A integração de esforços tecnológicos pode aumentar a eficiência e a eficácia entre aliados, melhorando a resiliência e maximizando a sua interoperabilidade.
- 4. Sustentabilidade da Defesa Coletiva:** A partilha de recursos e a formulação de políticas conjuntas através de mecanismos de apoio multilaterais são cruciais para superar limitações financeiras e operacionais.

## Recomendações

- 1. Estabelecimento de Redes Colaborativas:** Criar plataformas dedicadas para partilha de *intelligence* e coordenação em tempo real, especialmente nos domínios cibernético e híbrido.
- 2. Revisão e Simplificação de Estruturas Multilaterais:** Reduzir a burocracia em organizações como a NATO e a União Europeia para facilitar respostas rápidas e eficazes às ameaças emergentes.
- 3. Fomento de Parcerias Tecnológicas:** Promover colaborações entre governos, indústrias e a academia para acelerar o desenvolvimento e a adoção de tecnologias disruptivas, tirando partido de iniciativas como o Fundo Europeu de Defesa ou o Fundo para a Inovação da NATO.
- 4. Reforço da Presença no Indo-Pacífico:** Alocar recursos para iniciativas que fortaleçam a participação portuguesa e europeia no Indo-Pacífico, alinhando interesses estratégicos com parcerias regionais.
- 5. Desenvolvimento de Estratégias de Ciberdefesa:** Implementar políticas conjuntas com prioridade para a defesa cibernética coletiva, com foco na interoperabilidade tecnológica e na partilha de boas práticas.
- 6. Promoção da Convergência Estratégica:** Alinhar interesses nacionais e alianças multilaterais através de fóruns regulares para revisão de objetivos e planeamento estratégico conjunto e prospetivo.

## FINDING 2 – Investimento em Inovação e Base Tecnológica

É essencial apoiar o desenvolvimento de tecnologias emergentes e disruptivas por meio de iniciativas como Fundo Europeu de Defesa ou o Fundo para a Inovação da NATO, promovendo parcerias entre indústrias, universidades e governos.

### Observação

A rápida evolução das tecnologias emergentes e disruptivas apresenta oportunidades estratégicas para os países aliados, mas também desafios significativos. A falta de coordenação efetiva no investimento e no desenvolvimento tecnológico leva a lacunas na interoperabilidade, duplicação de esforços e desperdício de recursos. Além disso, as barreiras entre o setor comercial, civil e militar dificultam a integração de inovações, comprometendo a eficácia das políticas de Defesa no espaço europeu.

### Discussão

- 1. Fragmentação no Desenvolvimento Tecnológico:** Os países aliados frequentemente investem em iniciativas isoladas, resultando em redundâncias e na competição entre indústrias nacionais para acesso a recursos e mercados.
- 2. Dificuldades de Integração:** A transição da pesquisa fundamental para aplicações práticas (o chamado “Vale da Morte”<sup>1</sup> na escala de prontidão tecnológica ou TRL) enfrenta desafios, especialmente devido à falta de financiamento coordenado e mecanismos de incentivo à produção e colocação no mercado.
- 3. Desafios na Transferência Tecnológica Civil-Militar:** A interação entre entidades comerciais, civis e militares para o desenvolvimento de tecnologia é limitada por diferenças de culturas organizacionais, burocráticas e regulatórias. As empresas comerciais, muitas vezes, têm relutância em colaborar com setores militares devido a preocupações reputacionais, complexidades legais e incompatibilidade de procedimentos.
- 4. Falta de Integração de Startups nas Redes de Informação:** As redes de informação e *networking* entre o domínio comercial e civil e o domínio militar, essenciais na facilitação da colaboração entre os dois, estão geralmente limitadas às grandes indústrias, sendo de difícil acesso às *startups*, que detêm o *cutting edge* tecnológico.
- 5. Necessidade de Priorizar Tecnologias Estratégicas:** Domínios como a inteligência artificial, cibersegurança, sistemas autônomos e espaço exigem maior foco e alinhamento entre os aliados para garantir a competitividade e segurança do espaço europeu.

---

1 “Vale da Morte” ou *Valley of Death* corresponde ao momento de passagem dos protótipos (TRL 6) para o mercado, sendo no decurso desta transição que se verificam dificuldades na obtenção de financiamento privado.

- 6. Falta de Participação Nacional e Regional Coordenada:** Muitos países, incluindo Portugal, ainda carecem de uma estratégia consolidada para maximizar a captação de recursos em programas como o Fundo Europeu de Defesa ou o Fundo para a Inovação da NATO, limitando o impacto no fortalecimento das capacidades nacionais.

## Conclusões

- 1. Necessidade de Planejamento Colaborativo:** Investimentos coordenados no desenvolvimento tecnológico aumentam a eficiência e garantem maior integração entre os aliados.
- 2. Oportunidade no Apoio a *Startups* e Indústrias:** Programas como o Fundo Europeu de Defesa ou o Fundo para a inovação da NATO oferecem bases importantes para fomentar a inovação tecnológica e promover a competitividade global.
- 3. Relevância das Parcerias:** A cooperação entre governos, indústrias e universidades é essencial para superar o “Vale da Morte” e agilizar o ciclo da concepção e teste à produção e comercialização. Neste sentido, é importante perceber as diferenças entre todos estes domínios e entre os interlocutores que os compõem para que o diálogo e a colaboração sejam frutíferos.
- 4. Alinhamento com Estratégias Multilaterais:** A participação ativa em iniciativas como a PESCO, o Fundo Europeu de Defesa ou o Fundo para a Inovação da NATO contribui para alcançar objetivos estratégicos comuns no espaço euro-atlântico.

## Recomendações

- 1. Fomentar Redes de Colaboração:** Criar e fortalecer parcerias entre governos, indústrias, universidades e centros de investigação, integrando setores civis e militares para maximizar a sinergia em inovação.
- 2. Estabelecer Políticas de Incentivo:** Implementar incentivos fiscais e financeiros para empresas que invistam em tecnologias duais (civil-militar), reduzindo barreiras de entrada para *startups* e pequenas empresas.
- 3. Maximizar Participação em Programas Europeus:** Desenvolver estratégias nacionais para aumentar a captação de recursos do Fundo Europeu de Defesa e promover maior integração em projetos colaborativos da PESCO e NATO.
- 4. Investir em Tecnologias Estratégicas:** Priorizar áreas como a inteligência artificial, cibersegurança e sistemas autônomos, promovendo a interoperabilidade entre países aliados e um alinhamento consistente com as diretrizes de organizações como a NATO.
- 5. Apoiar a Transição Tecnológica:** Criar mecanismos para facilitar a transição do TRL 6 (protótipos) para produtos finais no mercado, reduzindo o impacto do “Vale da Morte” com financiamentos específicos e apoio técnico.

6. **Fortalecer a Diplomacia Tecnológica:** Promover a liderança em discussões sobre regulação de tecnologias disruptivas, posicionando o país como um ator relevante na governança de inovação em Defesa.
7. **Desenvolver Indicadores de Sucesso:** Monitorizar o impacto dos investimentos por meio de indicadores claros, garantindo que as iniciativas tecnológicas contribuam para a segurança e competitividade estratégica nacional e regional.

### FINDING 3 – Fortalecimento das Relações Cívicas-Militares

Recomenda-se ampliar o envolvimento da sociedade civil em questões de Defesa, incluindo a adoção de estratégias de “Defesa Total” que integrem as comunidades do nível nacional ao individual, entre setores sociais.

#### Observação

A Defesa Nacional enfrenta desafios para mobilizar a sociedade civil e integrar diferentes setores sociais em estratégias de segurança e defesa. A ausência de uma cultura de defesa abrangente traduz-se numa participação pouco expressiva de comunidades locais, empresas e instituições públicas em atividades promovidas no âmbito militar. Aquela assume também expressão no enfraquecimento das relações cívicas-militares e no desinteresse da população pelos assuntos da segurança e defesa, o que prejudica a resiliência do país perante ameaças complexas, como ciberataques, desastres naturais e crises geopolíticas e dificulta a legitimação política da decisão de investimento em Defesa.

#### Discussão

1. **Baixa Literacia em Defesa:** A população tem um conhecimento limitado sobre a importância e os mecanismos de Defesa Nacional, o que resulta numa fraca perceção do seu papel na segurança do país.
2. **Falta de Estruturas Participativas:** Não existem canais claros para a sociedade civil contribuir ativamente para questões de defesa, como fóruns regulares de consulta, treino comunitário ou programas educacionais abrangentes.
3. **Fragmentação Setorial:** Setores como o privado, académico e não governamental raramente colaboram diretamente com as Forças Armadas ou as instituições de Defesa, dificultando a implementação de estratégias conjuntas.
4. **Mudanças no Ambiente de Segurança:** O crescimento das ameaças híbridas, incluindo aquelas no ciberespaço e nos domínios cognitivo e informacional, exige a participação de múltiplos atores cívicos para mitigar riscos.
5. **Inadequação do Modelo Atual:** Apesar de iniciativas locais em Defesa, como o apoio em desastres naturais, a ausência de uma abordagem sistémica e integrada impede uma resposta rápida e coordenada face a crises complexas.

#### Conclusões

1. **Relevância do Envolvimento Cívico:** A sociedade civil é uma componente essencial da segurança nacional e a sua integração nas políticas de Defesa pode aumentar a resiliência nacional.
2. **Benefícios da “Defesa Total”:** Estratégias que mobilizam recursos e competências locais, públicas e privadas, da academia, da governação e da indústria permitem uma abordagem abrangente e eficiente para a segurança e defesa.
3. **Necessidade de Educação em Defesa:** A literacia em Defesa é fundamental para criar um sentido de responsabilidade coletiva e aumentar a legitimidade social das políticas de segurança.

4. **Oportunidades de Parcerias:** A colaboração entre as Forças Armadas e setores civis pode gerar soluções inovadoras e fomentar a coesão social em torno de objetivos comuns.

### Recomendações

1. **Criação de Programas de Literacia em Defesa:** Desenvolver campanhas educativas e *curricula* escolares sobre segurança nacional e o papel da sociedade civil na Defesa.
2. **Estabelecimento de Fóruns de Consulta Regular:** Criar fóruns nacionais e locais que reúnam representantes das Forças Armadas, empresas, ONG, universidades e comunidades para discutir e planear iniciativas conjuntas em Segurança e Defesa.
3. **Implementação de Estratégias de Defesa Total:** Adaptar e implementar o modelo de “Defesa Total” em Portugal, inspirando-se em exemplos escandinavos, envolvendo comunidades locais, escolas, empresas e instituições públicas em simulações de crises e treino conjunto.
4. **Desenvolvimento de Planos de Emergência Comunitária:** Capacitar comunidades locais para atuarem como primeira linha de resposta em crises, com formação em gestão de emergências, cibersegurança e resiliência comunitária.
5. **Ampliação do Papel da Academia:** Incentivar universidades e centros de investigação a colaborar com as Forças Armadas em estudos sobre segurança e a desenvolver estratégias para lidar com ameaças híbridas.
6. **Adoção de Campanhas Nacionais de Sensibilização:** Implementar campanhas públicas para promover o entendimento do papel das Forças Armadas e da Defesa Nacional, destacando a sua relevância para o quotidiano dos cidadãos.
7. **Estabelecimento de Indicadores de Sucesso:** Criar métricas para monitorizar o impacto dessas iniciativas, avaliando o aumento da literacia em Defesa, envolvimento comunitário e a eficácia da resposta às crises.

## FINDING 4 – Desenvolvimento de Estratégias a Longo Prazo

A implementação de políticas de Defesa deve ser planejada com uma visão de 25 a 50 anos, priorizando a adaptação tecnológica e sustentabilidade estratégica, e tendo em consideração a mudança do paradigma das relações internacionais de uma lógica transnacional para uma lógica transacional.

### Observação

A ausência de estratégias de Defesa com visão de longo prazo dificulta a adaptação a transformações tecnológicas, geopolíticas e sociais que moldam o cenário global. Além disso, a falta de planejamento prospectivo e sustentável compromete a eficácia na utilização de recursos limitados e reduz a capacidade de resposta às ameaças emergentes num horizonte de 25 a 50 anos.

### Discussão

1. **Evolução Tecnológica Acelerada:** A rápida inovação tecnológica, incluindo inteligência artificial, cibersegurança e robótica, exige políticas adaptáveis que incorporem novas tecnologias nas capacidades de Defesa.
2. **Mudanças Geopolíticas e Econômicas:** A emergência de novos polos de poder, como o Indo-Pacífico e o aumento de tensões regionais exigem estratégias que considerem realidades geopolíticas em constante transformação.
3. **Uso Ineficiente de Recursos:** Sem uma visão de longo prazo, investimentos fragmentados podem levar à duplicação de esforços e desperdício de recursos financeiros e humanos.
4. **Riscos Associados a Ameaças Futuras:** O surgimento de ameaças híbridas e multisectoriais (climáticas, tecnológicas e cibernéticas) requerem uma abordagem integrada e sustentável, que seja continuamente atualizada para enfrentar novos desafios.
5. **Falta de Integração entre Setores:** Estratégias de Defesa muitas vezes são isoladas de outros setores relevantes, como economia, tecnologia e meio ambiente, limitando a sua eficácia e abrangência no longo prazo.

### Conclusões

1. **Relevância do Planejamento Estratégico:** A elaboração de políticas de Defesa baseadas em projeções de longo prazo aumenta a capacidade de resposta à incerteza de cenários futuros.
2. **Adaptação Tecnológica como Prioridade:** Incorporar inovações emergentes no planejamento estratégico é essencial para manter a competitividade e a eficácia operacional.
3. **Sustentabilidade como Pilar Fundamental:** Estratégias de longo prazo devem equilibrar a eficácia operacional com a gestão eficiente de recursos para garantir a sustentabilidade financeira e ambiental.

4. **Necessidade de Alinhamento Multissetorial:** Políticas de Defesa devem integrar setores como educação, ciência e tecnologia, promovendo sinergias entre diferentes áreas de atuação.
5. **Relações Transnacionais vs. Transacionais:** A criação de novas alianças e o fortalecimento das já existentes na resposta a ameaças transnacionais não deve ignorar a transacionalidade, que se tem vindo a afirmar nas relações internacionais.

## Recomendações

1. **Criação de Cenários Prospetivos:** Desenvolver estudos de cenários prospetivos, mapeando tendências tecnológicas, sociais e geopolíticas que possam impactar a Defesa nos próximos 25 a 50 anos.
2. **Estabelecimento de Fundos de Investimento Sustentável:** Criar mecanismos financeiros específicos para investigação e desenvolvimento de longo prazo, garantindo recursos estáveis e contínuos para inovação tecnológica e infraestrutura de Defesa.
3. **Promoção de Alianças Estratégicas:** Estabelecer e fortalecer parcerias internacionais com valor para Portugal e para as suas empresas, incluindo no domínio tecnológico, priorizando o desenvolvimento conjunto de tecnologias disruptivas e estratégias colaborativas para enfrentar ameaças emergentes.
4. **Integração de Sustentabilidade no Planeamento:** Incorporar práticas de sustentabilidade ambiental e eficiência energética nas políticas de Defesa, priorizando soluções que reduzam a pegada ecológica das operações militares.
5. **Criação de Centros de Excelência em Defesa e Tecnologia:** Investir na criação de institutos orientados para a investigação avançada e na formação de profissionais qualificados em tecnologias emergentes e resilientes.
6. **Alinhamento com a Agenda Nacional de Desenvolvimento:** Integrar as políticas de Defesa com objetivos nacionais em áreas como a educação, a ciência e a tecnologia, para maximizar os benefícios para a sociedade como um todo.
7. **Estabelecimento de Indicadores de Desempenho de Longo Prazo:** Monitorizar continuamente o progresso das estratégias de Defesa por meio de indicadores claros, permitindo ajustes e garantindo alinhamento com os objetivos definidos.
8. **Incentivo à Resiliência Tecnológica:** Desenvolver uma abordagem modular e resiliente para integrar novas tecnologias nas Forças Armadas, garantindo flexibilidade e capacidade de resposta rápida às mudanças.

## FINDING 5 – Fomento de uma Cultura de Coordenação Nacional

A nível nacional, é necessário mitigar redundâncias entre instituições de Defesa, maximizando a eficiência no uso de recursos e promovendo uma política integrada de Segurança e Defesa Nacional.

### Observação

A ausência de uma cultura sólida de coordenação entre instituições de Segurança e Defesa resulta em redundâncias operacionais, desperdício de recursos e respostas fragmentadas a crises nacionais. Essa falta de integração compromete a eficácia da política de segurança e defesa nacional, dificultando a implementação de estratégias conjuntas e a otimização de capacidades existentes.

### Discussão

1. **Falta de Integração entre Instituições:** Diversas organizações do setor de Defesa operam com estruturas e prioridades distintas, o que dificulta a colaboração e a implementação de uma visão unificada.
2. **Redundâncias Operacionais:** A ausência de coordenação leva à duplicação de esforços e sobreposição de responsabilidades, resultando em desperdício de tempo e recursos.
3. **Falta de Padrões e Protocolos Comuns:** Diferenças em práticas, metodologias e instrumentos dificultam a interoperabilidade entre as Forças Armadas, as Forças de Segurança e outras entidades ligadas à Defesa.
4. **Resistência à Colaboração:** Barreiras institucionais, culturais e políticas criam resistência à partilha de informações e à criação de estruturas colaborativas.
5. **Inadequação de Planeamento Estratégico Conjunto:** A falta de uma abordagem integrada compromete a antecipação e a resposta a ameaças complexas, como as híbridas, desastres naturais e ciberataques.

### Conclusões

1. **Necessidade de Coordenação Nacional:** Uma política de segurança integrada é fundamental para otimizar recursos e melhorar a eficácia das ações de Defesa.
2. **Importância da Interoperabilidade:** Padrões e protocolos comuns aumentam a eficiência das operações conjuntas e facilitam respostas rápidas e eficazes a crises.
3. **Benefícios da Colaboração:** A partilha de informação e recursos entre instituições de Defesa reduz redundâncias e melhora a capacidade de gestão de crises.
4. **Relevância do Planeamento Conjunto e Prospetivo:** A implementação de estratégias colaborativas fortalece a segurança nacional e melhora o desempenho operacional das instituições.

## Recomendações

1. **Criação de um Centro Nacional de Coordenação de Defesa:** Estabelecer um órgão central responsável por integrar as ações de todas as instituições de Defesa e Segurança Nacional, com autoridade para promover a colaboração.
2. **Estabelecimento de Padrões e Protocolos Comuns:** Desenvolver e implementar normas, metodologias e instrumentos compartilhados por todas as instituições, aumentando a interoperabilidade e reduzindo redundâncias.
3. **Desenvolvimento de Programas de Treino Conjunto:** Promover exercícios e formações regulares entre as Forças Armadas, as Forças de Segurança e outras instituições relevantes para melhorar a colaboração operacional.
4. **Implementação de Sistemas de Gestão de Recursos Compartilhados:** Criar plataformas centralizadas para monitorizar e alocar recursos de maneira eficiente, evitando duplicações e maximizando o impacto dos investimentos.
5. **Promoção de uma Cultura de Cooperação:** Realizar campanhas internas para sensibilizar lideranças e membros das instituições de Defesa sobre a importância da coordenação e partilha de informação.
6. **Revisão Estrutural das Instituições de Defesa:** Realizar auditorias para identificar redundâncias, sobreposições e lacunas, com o objetivo de reestruturar processos e alinhar funções institucionais.
7. **Estabelecimento de Indicadores de Desempenho Integrados:** Monitorizar e avaliar continuamente o impacto das iniciativas de coordenação por meio de métricas claras, ajustando estratégias conforme necessário.
8. **Promoção de Políticas de Incentivo à Inovação Conjunta:** Fomentar projetos colaborativos entre instituições, envolvendo inovações tecnológicas que aumentem a eficiência e eficácia das operações conjuntas.
9. **Fortalecimento da Cooperação e Coordenação em Defesa:** Desenvolver uma cultura de segurança e defesa baseada numa percepção informada dos riscos e ameaças internos e externos e sustentada na cooperação e coordenação, ao nível nacional e internacional, entre os domínios civil e militar.

Diretora

Isabel Ferreira Nunes  
Prof.<sup>a</sup> Doutora

**Anexo:**

**Transcrições**



# Anexo ao Relatório do VI Seminário de Defesa Nacional: Transcrições

## Sessão de Abertura

### **Prof.<sup>a</sup> Doutora Isabel Ferreira Nunes**

*Diretora do Instituto da Defesa Nacional*

Muito bom dia.

Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Defesa Nacional, cuja presença muito honra este Seminário, uma iniciativa conjunta do Ministério da Defesa Nacional e do Instituto da Defesa Nacional,

Senhor General Chefe do Estado-Maior do Exército,

Senhora Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Defesa Nacional,

Senhor Secretário-Geral do Ministério da Defesa Nacional,

Distintos Diretores e Dirigentes do Ministério da Defesa Nacional,

Senhores Oficiais Gerais em representação do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, do Chefe do Estado-Maior da Armada e da Autoridade Marítima Nacional, do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea,

Senhor Major-General em representação do Comandante-Geral da GNR,

Senhores Oficiais Gerais,

Demais entidades civis e militares,

Caros auditores e auditoras do Curso de Defesa Nacional 2024-2025, em Lisboa e no Porto,

Caros oradores e moderadores deste Seminário,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Eu gostaria de vos dar as boas-vindas ao VI Seminário de Defesa Nacional, sendo esta uma oportunidade única de encontro entre responsáveis civis e militares pela conceção, implementação e execução da política de Defesa Nacional. Este Seminário, originalmente destinado à comunidade de defesa, é cada vez mais um espaço de reflexão e de debate aberto a todos os que se interessam pelos assuntos da Defesa, sendo este ano dedicado ao tema da “Coordenação e Cooperação em Defesa”.

A presente conjuntura internacional apresenta uma natureza incerta, complexa e difusa, para a qual os Estados são hoje entidades demasiado pequenas e as organizações internacionais entidades demasiado complexas e, também, burocráticas para o encontro de respostas céleres num ambiente internacional em rápida mutação, da invasão não provocada e agressiva da Ucrânia pela Rússia à alteração, nas duas últimas semanas, da realidade geopolítica na Síria. O grau de interdependência e conectividade global

resultante da elevada interdependência política, securitária e económica entre atores públicos e privados, da crise pandémica à crise energética, atestam a importância da cooperação e da coordenação em defesa. Este é também o tema que dá título ao seminário de hoje.

A natureza transversal das ameaças atuais e a tentativa de desconstrução de uma ordem internacional baseada em normas, que garantiu a edificação singular da Aliança Atlântica, a progressiva construção de uma comunidade de cooperação política, social e económica entre Estados europeus e que conduziu à edificação de um sistema de segurança e defesa no espaço euro-atlântico, representam hoje desafios singulares. Estes extrapolam a natureza e o âmbito de atuação para a qual organizações formais, como a NATO e a União Europeia, foram criadas, obrigando à adaptação do seu desenho institucional e das suas capacidades sobre o signo de uma prática colaborativa estruturante sustentada nos princípios da coordenação interna e da cooperação externa entre países aliados. Enquanto países amigos temos partilhado responsabilidades, custos, riscos e oportunidades, e este deverá continuar a ser um princípio orientador da Defesa no espaço de pertença euro-atlântico, que Portugal integra, e no espaço do Indo-Pacífico, com o qual Portugal coopera.

Coordenar e cooperar não incorrem numa perda dos poderes soberanos do Estado, nem numa alienação dos seus atributos de governação, significa, ao invés, potenciar a presença, fomentar as oportunidades, aumentar a influência, incrementar o desempenho regional e internacional de Estados e de organizações. Cooperar e coordenar implica hoje a adoção de práticas de soberania partilhada, nomeadamente no domínio ciber, híbrido e marítimo, mas também no âmbito do espaço, da revolução digital e da transformação e da transição energética. Ser parte deste processo adaptativo é uma forma de reter ou mesmo de aumentar a relevância estratégica por via de uma participação internacional ativa e empenhada, salvaguardando-se um certo grau de equidade estratégica entre pares. No contexto europeu, a preferência dos Estados por reterem uma formulação e implementação intergovernamental das suas políticas obstaculiza, por vezes, a institucionalização de um conceito de abordagem abrangente em política de Defesa que convoca vários setores da Defesa num esforço comum. Esta limitação decorre de uma cultura estratégica e de uma cultura de segurança demasiado fragmentadas e que, por vezes, comprometem um planeamento mais integrado, a alocação antecipada e proporcional dos recursos, a criação de mecanismos de resposta, de adaptação e de recuperação das instituições do Estado, do setor privado, da sociedade, em situações de crise ou de conflito. Hoje, na implementação de políticas públicas e na mitigação das consequências de crises complexas intervêm um número acrescido de atores públicos e privados com culturas institucionais, práticas colaborativas e capacidades muito distintas que importa conciliar para melhor coordenar e cooperar em Segurança e Defesa.

Se no plano da governação e da decisão dos Estados estes retêm ainda muitos dos seus poderes tradicionais soberanos, no plano dos incentivos financeiros e à inovação são hoje cada vez mais formulados e implementados no quadro das organizações internacionais de Segurança e Defesa ou no âmbito das competências específicas de atores

transnacionais. Numa conjuntura de desafios transnacionais e de recursos limitados, a prática colaborativa em Defesa deve ser entendida como um princípio de orientação de investimento e de gestão de recursos da Defesa. Uma efetiva coordenação permitirá contornar o perigo da duplicação de recursos, uma melhor integração tecnológica, uma maior interoperabilidade, uma maior capacidade de dissuasão e uma maior resiliência, reforçadas pelos princípios da defesa coletiva, no caso da NATO, e da defesa comum, no caso da União Europeia.

No espaço euro-atlântico, a emergência de um conceito de “Nova Defesa” ou *New Defence* sugere uma mudança de paradigma para a Defesa a vários níveis: na tomada de decisão, no planeamento, na inovação tecnológica e na gestão dos recursos da Defesa. Também no que respeita às políticas de produção e aquisição em Defesa, as práticas colaborativas ocupam hoje um espaço importante na cooperação entre aliados, tendente à resolução de redundâncias, à redução da duplicação de capacidades e à maximização de competências de inovação e desenvolvimento industrial dos países aliados, nomeadamente através do Fundo Europeu de Defesa e do Fundo para a Inovação da NATO.

Uma ativa participação colaborativa de Portugal no quadro da segurança e defesa euro-atlântica permitirá ultrapassar os problemas decorrentes da posição periférica de Portugal e da redução da relevância estratégica do território no contexto de segurança euro-atlântico. A inserção de Portugal em projetos colaborativos poderá granjear-lhe uma maior projeção internacional, facilitando o acesso nacional a mercados e nichos de capacidades que, individualmente, Portugal não consegue desenvolver ou sustentar, ou em relação aos quais não é do seu interesse desenvolver uma base nacional. A Portugal, enquanto pequeno Estado, quer no contexto europeu, quer no contexto transatlântico, importa continuar a prosseguir uma política de Segurança e de Defesa sustentadas na diversidade de parcerias, na partilha comum de objetivos e interesses e numa prática colaborativa multilateral e diversificada de aquisição de equipamentos e de capacidades.

No plano interno, importa fomentar uma cultura de coordenação e de cooperação que projete a política de Defesa Nacional, atenuando redundâncias e permita às instituições do universo da Defesa Nacional o pleno desempenho da razão para a qual foram instituídas. Com o VI Seminário de Defesa Nacional, avaliaremos os riscos e as oportunidades que se configuram para a Defesa no espaço euro-atlântico, debateremos os desafios atuais que se colocam à formulação das políticas de Defesa Nacional e examinaremos as exigências da inovação tecnológica e do desenvolvimento de uma base tecnológica industrial. Durante a parte da tarde, iremos refletir sobre a evolução do espaço do Indo-Pacífico, cuja relevância tenderá naturalmente a aumentar no contexto da nova administração norte-americana, não devendo esse interesse significar um afastamento da segurança e da defesa euro-atlântica, como parecem indicar os atuais valores de investimento da administração norte-americana na iniciativa de dissuasão europeia, quando comparados com os da iniciativa de dissuasão do Pacífico, o que não será do interesse da Europa, nem do complexo industrial e da administração militar norte-americana.

Terminaria com uma palavra de agradecimento ao Senhor Coronel Coutinho Rodrigues pela colaboração na coordenação deste VI Seminário, aos nossos colegas

da Direção-Geral de Política de Defesa Nacional, na pessoa do seu Diretor-Geral, pela colaboração na preparação da parte da tarde deste Seminário. Quero agradecer a presença, naturalmente, e a aceitação do convite por parte dos nossos oradores e moderadores e a todos os colaboradores e serviços do IDN que tornaram este Seminário possível.

A todos desejo um excelente Seminário e um profícuo debate.

Muito obrigada.

## **Prof.<sup>a</sup> Doutora Ana Isabel Xavier**

*Secretária de Estado da Defesa Nacional*

Senhor General Chefe do Estado-Maior do Exército,  
Senhora Deputada Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Defesa Nacional,  
Senhor General Presidente da EuroDefense-Portugal,  
Senhora Diretora-Geral do Instituto da Defesa Nacional,  
Distintos Diretores-Gerais e demais Dirigentes do Ministério da Defesa Nacional e de serviços do Estado,  
Senhores Oficiais Gerais em representação dos Chefes do Estado-Maior-General das Forças Armadas e do Estado-Maior da Armada,  
Senhor Major-General em representação do Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana,  
Demais Oficiais Gerais,  
Oradores e moderadores do VI Seminário de Defesa Nacional,  
Senhoras e senhores auditores do Curso de Defesa Nacional,  
Senhoras e senhores investigadores e colaboradores do Instituto da Defesa Nacional,  
Entidades civis e militares aqui presentes,  
Minhas Senhoras e meus Senhores,

É para mim uma enorme honra poder estar na abertura desta Sexta Edição do Seminário de Defesa Nacional, uma iniciativa do Senhor Ministro da Defesa Nacional, organizado em parceria com o Instituto da Defesa Nacional e, este ano, também com a Direção-Geral de Política de Defesa Nacional, que é já uma referência anual na reflexão, formulação e execução da política de Defesa Nacional.

E é uma referência porque desde 2019 que este Seminário reúne os principais interlocutores com implicações reais no presente e no futuro da Defesa Nacional, a começar, claro, pela turma do Curso de Defesa Nacional que está aqui presente e que está, naturalmente, envolvida neste ano académico para participar ativamente em todas estas reflexões, com as quais nós também contamos neste apoio à formação de políticas públicas em matéria de Defesa.

Mas mais, o Seminário de Defesa Nacional representa uma oportunidade acrescida para o Ministério da Defesa Nacional reforçar o elo de ligação à sociedade civil, fomentando a literacia nos termos e nos temas da Defesa e envolvendo os nossos cidadãos nesta área de soberania de importância crucial. Também o tema deste ano, “Cooperar e Coordenar em Defesa”, evidencia, como, aliás, já foi sublinhado pela Senhora Diretora, Prof.<sup>a</sup> Isabel Nunes, a importância da cooperação e da coordenação a vários níveis. Um desafio que é fundamental para enfrentarmos os desafios da atualidade e reforçarmos a nossa resiliência enquanto país.

E com a minha presença aqui hoje, no Dia Internacional dos Direitos Humanos, e em que milhares de pessoas vivem o dia de hoje sem a paz que merecem e com a

pobreza da vida que daí advém, a mensagem que, no fundo, vos quero deixar a todos é para nos ajudarem a refletir sobre o modo como grandes mudanças no atual ambiente de segurança internacional afetam a nossa posição e políticas nacionais, incluindo questões que hoje vão discutir ligadas à emergência das operações multidomínio, à necessidade do reforço da produção industrial de capacidades de Defesa e, claro, à cooperação com os parceiros internacionais.

Permitam-me, por isso, expressar o meu agradecimento aos oradores de hoje pelo seu contributo singular para este debate que se antecipa, bem como aos moderadores e à audiência que temos aqui presente. Agradeço igualmente ao Instituto da Defesa Nacional, na pessoa da sua Diretora, a Prof.<sup>a</sup> Isabel Nunes, não só pelo papel imprescindível que desempenha diariamente neste esforço, que também é o nosso, de aproximação à sociedade, mas também pelo enorme empenho e extraordinário trabalho de organização de mais uma edição de sucesso desta iniciativa do Seminário de Defesa Nacional. Julgo que não cometo nenhuma inconfidência, Senhora Diretora, se partilhar com todos o entusiasmo com que nos brinda sempre nas reuniões de preparação e também neste e noutros eventos que esta casa acolhe. Por isso, muito obrigada.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Há muito tempo que a Defesa não ocupava um lugar de tamanho destaque no dia-a-dia dos cidadãos e de investimento claro e inevitável para os governos nacionais. É certo que a Defesa está para além dos conflitos. A Defesa centra-se mesmo na paz; na nossa paz e na paz dos outros. A Defesa passa por assegurar a nossa soberania, a estabilidade e a segurança, os nossos valores enquanto democracias liberais ocidentais, num mundo multipolar cada vez mais contestado. Mas passa também pela nossa participação em missões internacionais em conjunto com os nossos parceiros e aliados, num mundo que parece transitar de uma lógica transnacional para uma lógica transaccional, como agora muitos já começam a debater. Mas a Defesa está também, e permanentemente, próxima das comunidades, fazendo parte do seu quotidiano em território nacional, sobretudo nas missões de apoio à população, missões que, de resto, são cada vez mais diversas e complexas, mas também recorrentes em virtude do agravamento das alterações climáticas e dos desastres naturais. Todas estas vertentes das nossas Forças Armadas e da Defesa Nacional concorrem diretamente para que todos, sem exceção, sintamos orgulho na sua missão. E nós temos de facto muito orgulho e reconhecimento pelas nossas Forças Armadas.

Minhas senhoras e meus senhores,

As reflexões e debates promovidos ao longo deste Seminário deixam-nos uma certeza: a complexidade dos desafios que enfrentamos hoje exige uma abordagem integrada, inovadora e colaborativa. As ameaças globais, como conflitos armados, ciberataques, crises climáticas ou tensões geopolíticas, não conhecem fronteiras, e é nesse contexto que a capacidade de coordenar esforços, tanto a nível nacional como internacional, se torna não só uma necessidade estratégica, mas, sobretudo, uma responsabilidade coletiva. A Defesa Nacional não é apenas um desígnio governamental, é um desígnio nacional que depende da participação de todos os cidadãos, sem distinções, sem divisões, sem

segregações ou compartimentos estanques e excludentes. A Defesa também é o amor a Portugal, às nossas famílias e ao futuro que nós, todos, podemos construir juntos, porque a Defesa somos mesmo todos nós. E contamos com todos para falar sobre Defesa, construir políticas públicas de Defesa e, sobretudo, construir a nossa missão de governar Portugal.

Muito obrigada.

# Intervenção – Cooperar e Coordenar em Defesa

## Moderação: Prof. Doutor Carlos Gaspar, Investigador do Instituto da Defesa Nacional

### Prof. Doutor Vasco Rato

*Investigador do Instituto da Defesa Nacional*

Senhor General Chefe do Estado-Maior do Exército,  
Senhora Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Defesa Nacional,  
Senhora Embaixadora de Timor-Leste,  
Senhora Diretora do Instituto da Defesa Nacional,  
Senhor Secretário-Geral do Ministério da Defesa Nacional,  
Senhores Diretores e Dirigentes do Ministério da Defesa Nacional e de serviços do Estado,  
Senhores Oficiais Gerais em representação do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, do Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional e do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea,  
Senhor Major-General em representação do Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana,  
Senhor Superintendente em representação do Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública,  
Senhores Oficiais Gerais,  
Demais entidades civis e militares,  
Caros auditores do Curso de Defesa Nacional 2024-2025,  
Caros oradores e moderadores deste Seminário,  
Minhas Senhoras e meus Senhores,  
Muito bom dia a todos.

Jean-Jacques Rousseau, no seu discurso sobre a desigualdade, fala-nos de dois homens – na altura eram homens – que vão à caça e têm a opção de caçar veados ou lebres. A primeira exige a cooperação entre os dois homens, mas a eventual recompensa é significativa. A segunda, a caça à lebre, pode ser feita individualmente, não exige cooperação, todavia a recompensa é claramente menor. Qual é, pois, a melhor estratégia quando as intenções dos outros são desconhecidas? Um pode escolher caçar veados, mas, se o segundo se decidir pelas lebres, ficará sem alimento, pois a caça ao veado requer cooperação. Para atenuar o risco, e mesmo que a recompensa seja menor, a escolha racional é caçar lebres, porque algum alimento será assegurado.

Esta alegoria de Rousseau, tal como o Dilema do Prisioneiro, demonstra que resultados subótimos só podem ser superados se alargarmos a sombra do futuro, ou seja,

se o jogo, neste caso a caça, for repetido numerosas vezes, se se instalar a previsibilidade. Se a cooperação incentiva a cooperação, num ambiente de tensão e incerteza a tendência natural é procurar a redução do risco. Por outras palavras, a redução da cooperação gera, obviamente, ainda menos cooperação. Creio que vivemos num tempo de caça às lebres.

Diz-se que a ordem liberal assenta em regras, que essa é a sua principal característica. A afirmação é tão verdadeira quanto banal, pois todas as ordens assentam em regras. Regras são a essência das ordens, porque permitem a criação de instituições que moldam comportamentos dos Estados, abrindo-lhes ou fechando-lhes espaço de atuação. Regras legitimam ou, alternativamente, deslegitimam comportamentos. A questão essencial, porém, é outra: Qual a origem das regras específicas estruturantes da cooperação e quais as regras que asseguram a sua perpetuação? Permitam-me que tente responder a esta interrogação, ou pelo menos avançar com algumas pistas históricas.

Concluída a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos da América visavam criar uma ordem liberal resiliente que pudesse conter o expansionismo soviético, reconstruir a Europa e a Ásia e preservar a primazia do seu poderio internacional. A hegemonia de Washington, isto é, a sua capacidade de ditar as regras, assentava no seu colossal poderio económico e militar. Entre 1939 e 1945, o PIB americano cresceu de 88 biliões de dólares americanos para 135 biliões. A produção relacionada com a guerra de 2% do PIB, em 1939, passa para 44%, em 1943. Em 1945, o país produzia mais de metade dos manufaturados mundiais e as exportações oriundas dos Estados Unidos representavam mais de 1/3 do total de exportações mundiais. Por último, o país possuía 2/3 das reservas de ouro e uma moeda que emerge como referência mundial. Os Estados Unidos eram, pois, o pivô da economia mundial do pós-guerra.

Como é sabido, Washington, através do Plano Marshall, concedeu 13 mil milhões à Europa e 1,8 mil milhões ao Japão, com o objetivo neste último caso de reconstruir setores industriais japoneses, ao mesmo tempo que limitava o poderio militar do país e a influência do comunismo na região. As grandes potências do período interguerra – Alemanha Federal, França, Reino Unido e Japão – ficaram assim amarradas às necessidades da economia americana, nomeadamente a conversão de uma economia de guerra para uma economia de paz, e ficaram também, no âmbito da segurança, dependentes da nova potência atômica. A Administração de Schuman considerava que a reconstrução da Europa Ocidental era um investimento na preservação da paz e em mercados para bens americanos. Ao investir na reconstrução dos países devastados pela Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos adquiriram novos mercados para os seus bens, mas subjacente a esta nova relação havia a convicção de que a probabilidade de haver guerra diminuía à medida que os Estados se interligavam pelo comércio. Em suma, já nessa altura havia a ideia de que a interdependência económica produzia a paz.

Washington organiza a Conferência de Bretton Woods, em 1944, para delinear os *standards* de conversão cambial e criar instituições como o FMI e o antecessor do Banco Mundial, instrumentos essenciais para manter a estabilidade da economia mundial e, obviamente, a hegemonia americana. Na esfera política, o papel liderante dos EUA seria assegurado através da Organização das Nações Unidas, criada em outubro de 1945,

que retoma a ideia do Presidente Wilson da segurança coletiva. Através do Conselho de Segurança, os Estados Unidos e os demais membros permanentes seriam os polícias do mundo e assegurariam a estabilidade internacional. O Conselho de Segurança nunca veio a desempenhar esse papel, mas as normas inscritas na Carta das Nações Unidas passaram a enquadrar a ordem liberal, concedendo-lhe legitimidade. Note-se que esta ordem mundial não era consensual, pois a União Soviética apresentava um modelo alternativo. O choque entre as duas abordagens desfaz-se com as revoluções democráticas de 1989 e o subsequente desmembramento da União Soviética.

Francis Fukuyama, na altura, expressa o *Zeitgeist* da época quando afirma que as alternativas ao Liberalismo se haviam esgotado e, por extensão, a primazia do Ocidente tornava-se inquestionável. Em consequência, cabia aos Estados Unidos e aos seus aliados a tarefa de aprofundar a ordem liberal. Esse imperativo torna-se claro em 1991, quando Washington encabeça uma coligação internacional para expulsar Saddam Hussein do Kuwait e repor o *statu quo ante*, perturbado pela violação de uma regra fundamental, a alteração das fronteiras pela força. Na posse de recursos militares esmagadores, os Estados Unidos passam a ser o garante, nas palavras de George Bush pai, da nova ordem mundial. Com a eleição de Bill Clinton, o alargamento da ordem liberal, isto é, o alargamento dos mercados de globalização e de democracia, passa a ser a prioridade da atuação externa dos Estados Unidos e da Europa. Contudo, esta tentativa de universalizar a ordem liberal seria, por sua vez, interrompida em 2008, quando a crise financeira põe em evidência os seus limites. Mas não foi só a crise financeira a colocar tremenda pressão sobre a ordem liberal.

Em 2007, na Conferência de Segurança de Munique, Vladimir Putin avisava que enquanto a bipolaridade demonstrava, cito, “o enorme potencial estratégico das duas superpotências para assegurar a estabilidade global, o hegemonismo americano, isto é, o mundo unipolar de um soberano, de um mestre [palavras de Putin] ameaçava o exercício pleno da soberania dos Estados”, por isso mesmo, considerava que o sistema unipolar não era apenas inaceitável, como também era impossível – isto foi dito, mais uma vez, em 2007. E acrescentava Putin que as ações unilaterais e frequentemente ilegítimas – referia-se aos Estados Unidos e à Europa – não resolvem nenhum problema. Acrescentava ainda que a unipolaridade apenas fomentou, cito, “novas tragédias humanas e criou novos centros de tensão”, pelo que na visão do presidente russo a tentação unipolar dos Estados Unidos encaminhou, cito, “o mundo para um abismo de conflitos permanentes”. Em suma, a unipolaridade era inerentemente um fator de instabilidade e, como tal, insustentável. Daí a urgência de se construírem novos equilíbrios no âmbito de um sistema multipolar.

Um ano depois, no verão de 2008, Putin ordena a primeira de várias operações militares destinadas a consolidar a influência de Moscovo no estrangeiro próximo – refiro-me, obviamente, à Geórgia. Eis um caminho que desaguará na Guerra Russo-Ucraniana.

Ao mesmo tempo, a China, beneficiando da sua adesão à Organização Mundial do Comércio, garantindo-lhe o acesso não discriminatório aos mercados dos outros membros dessa organização, torna-se o maior país exportador mundial, substituindo os Estados

Unidos. Criticamente, Pequim concluía que a crise financeira de 2008 demonstrava que os Estados Unidos tinham entrado em declínio irreversível. Curiosamente, a opinião era partilhada por Barack Obama, cuja política externa tinha o propósito de gerir esse mesmo declínio – opinião essa que, obviamente, não é partilhada pelo presidente Donald Trump. Neste quadro, Xi Jinping assume a liderança do partido e do Estado, anuncia o seu sonho chinês de rejuvenescimento nacional e articula uma visão de ordem que antecipava um sistema internacional, cito, “crescentemente multipolar de paz, desenvolvimento e cooperação *win-win*”. A lógica desta comunidade de destino comum para a humanidade, preconizada por Xi, manifesta-se sobretudo através da Iniciativa Faixa e Rota (*Belt and Road*) que “liga o sonho chinês às aspirações do mundo inteiro em prol da paz e do desenvolvimento”. Trata-se, em bom rigor, de uma arquitetura de ordem internacional alternativa desenhada para substituir a ordem liberal.

Hoje, por várias razões, a ordem liberal encontra-se em franco declínio. Não sendo exaustivo, apontaria apenas algumas manifestações dessa realidade. A mudança na correlação de forças internacionais, associada ao fim da unipolaridade americana, reforçou a influência de potências revisionistas, que subvertem a ordem liberal através da promoção de novas normas que, em muitos casos, constituem um regresso às normas antigas, às normas de épocas anteriores. A alteração de fronteiras pela força é, porventura, o caso mais flagrante, mas há outros igualmente graves: a deterioração das normas em volta da proliferação nuclear, processo acelerado pela nuclearização do Irão, pelo colapso dos tratados de limitação de armas e pela postura assumida pela Rússia na Ucrânia; a erosão do regime dos direitos humanos e a relutância das democracias em defender esse mesmo regime; a erosão do multilateralismo, substituído por parcerias bilaterais chinesas, e o enfraquecimento dos mecanismos de cooperação, que se revelam ineficientes para dar resposta a alguns problemas mundiais, incluindo a crise das migrações e a crise COVID-19 – que, acrescente-se, deslegitimou mais uma organização internacional, a Organização Mundial de Saúde –; a crescente fragilidade das alianças institucionalizadas, pressionadas por agendas nacionais cada vez mais divergentes, e as ambiguidades dos Estados Unidos; a paralisia da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do regime de comércio internacional assente no livre comércio, que tem levado a fenómenos de protecionismo e a uma acentuada desglobalização – se a globalização era vista no passado como a solução para um mundo mais pacífico, a desglobalização traz outras lógicas, que será desnecessário acentuar –; os desafios às arquiteturas de segurança no centro da Europa, no Médio Oriente e no Mar do Sul da China são desafios existenciais para alguns Estados que possuem armas nucleares; igualmente preocupante, a erosão das normas democráticas nos próprios países ocidentais, acelerada pela lógica da polarização que passou a dominar o discurso público, e a aparente incapacidade das instituições pluralistas de darem resposta às inquietações das populações, que se traduz na emergência de populismos de vária ordem.

Para concluir, permitem-me duas ou três observações sobre a Europa. Em 2008, a União Europeia representava 25% do PIB mundial, hoje representa 15%. Entre as 10 maiores empresas mundiais não encontramos uma europeia. Dos cinco maiores *clusters*

de ciência e tecnologia, nenhum é europeu. O endividamento dos países europeus é um problema bem conhecido, e a crise estrutural – sublinho, estrutural – da economia alemã aponta para anos de grandes dificuldades. Um estudo recente do Stockholm International Peace Research Institute revela que, desde 2000, os gastos da Rússia com a Defesa subiram 360%, os da China 596%, os dos Estados Unidos 60%. Nesse mesmo período, a Europa manteve os seus gastos estáveis ou até – depende da contabilidade que se faz – assistiu a um pequeno decréscimo. Porém, comparado com os anos 2000, ou seja, nos últimos 25 anos, de facto os gastos europeus com Defesa subiram 50%, em larga medida devido aos acontecimentos recentes.

Outro estudo do International Institute for Strategic Studies, de Londres, realizado em 2019, concluiu que os países europeus teriam de investir 357 mil milhões para construir uma força capaz de fazer frente a um evento nos Bálticos, somente nos Bálticos, que pudesse espoletar o artigo 5.º da Carta da NATO. A boa notícia é que o número de países que agora atingem 2% do PIB em gastos de Defesa aumentou de três para vinte e três desde 2014.

Não creio que seja razoável pensar que ordens internacionais possam sobreviver quando as razões subjacentes à sua criação, e tentei enumerar algumas, desaparecem. Quando a ordem internacional não consegue preencher os desígnios e os objetivos pelos quais foi criada, esvazia-se. Num mundo caracterizado, hoje, pelo protecionismo comercial, pela queda das normas liberais e, não menos crítico, com o Liberalismo ameaçado por forças internas, não há razão para pensar que a ordem vigente possa ser mantida nos termos tradicionais. O mundo como nós o conhecíamos está a desaparecer. As tendências que referi apontam, de facto, para o fim desse mundo. Vivemos, pois e infelizmente, em tempos de caça às lebres.

Obrigado.

## **Painel – Cooperação e coordenação no espaço euro-atlântico**

**Moderação: Coronel Carlos Coutinho Rodrigues, Assessor de Estudos do Instituto da Defesa Nacional**

### **Riscos e oportunidades no espaço de defesa euro-atlântico**

**Tenente-General Nuno Lemos Pires**

*Director-Geral de Política de Defesa Nacional*

Bom dia.

Senhora Diretora do Instituto da Defesa Nacional,

Senhora Deputada,

Meu General,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Eu vou direto ao assunto porque o tempo urge e temos de tratar do tema. Como eu não sei tratar de temas da atualidade sem recorrer à história, começo pela história. E é aí que eu vou sustentar um bocadinho a minha tese relativamente àquilo que é a perceção do sistema internacional.

Vou buscar as minhas amadas guerras napoleónicas, as guerras globais portuguesas de 1793 a 1817, para dar apenas um pequeno exemplo da perceção e ação do sistema político internacional, em geral, e das decisões de Portugal, especificamente. E começo com esta pequena ideia de que, em 1793, a primeira das sete grandes coligações contra a França (que vai até 1815) vai-se formar e, na altura, há três jovens, todos nascidos em 1769, que dão, futuramente, pelo nome de Duque de Wellington, Napoleão Bonaparte e Miguel Pereira Forjaz. Nascem todos no mesmo ano e nesta altura ainda nenhum deles tem um papel relevante na política internacional, mas como todos sabemos têm um papel preponderante ao longo da história da França, da história da Inglaterra, da história de Portugal, eu diria da história do mundo. Mas estes três jovens, que são mobilizados no início desta primeira coligação e vão ter um papel igualmente determinante, olhavam para esta situação que era colocada à frente dos seus olhos com a perceção política e pública que sentiam nos países de onde vinham, e ninguém podia estar mais errado. Eu estou a falar de 1793, porque estamos em 2024. Ninguém podia estar mais errado em 1793 sobre o que era a ameaça, o que era o risco, o que é que estava a acontecer e qual era a possível resposta.

A resposta de uma Inglaterra foi que havia uns revolucionários em França que tinham de ser dominados. A resposta da França revolucionária foi que a revolução podia cair outra vez nas mãos dos absolutistas. E a resposta de Portugal foi que tínhamos de nos mostrar determinados, mas sem afrontar as nossas ligações ancestrais com os espanhóis, com os franceses, com os ingleses, etc., queríamos ser comodamente um país estável, com uma determinação política que não passava para além da Taprobana.

O que é que eu quero dizer com isto? É verdade que a França estava num momento expansionista e revolucionário, que esta coligação visa travar e é por isso que o Almirante Hood, britânico, vai cercar Toulon, e ao cercar Toulon vai ser derrotado pelas forças francesas, por um senhor que dá pelo nome de Napoleão Bonaparte – um jovem capitão de artilharia que, devido aos feitos em combate neste cerco, passa a brigadeiro-general, mais tarde imperador. O Duque de Wellington, que estava para ser mobilizado para as Caraíbas numa operação que acabou por não acontecer, acaba por ir com o Duque de York exatamente para tentar estabilizar uma das aproximações que a França estava a fazer para a zona onde hoje é a Holanda. Mas talvez o mais relevante que eu quero aqui trazer é Miguel Pereira Forjaz que vai, como sargento-mor, podemos dizer posto de major, dentro do regimento de Serpa, um dos seis regimentos que vão dentro da campanha do Rossilhão, em 1793.

Estamos a falar de uma campanha expedicionária portuguesa que é 25% do Exército português na altura, composta por seis regimentos, mais 22 bocas-de-fogo de artilharia, Estado-Maior completo, engenharia, etc. Estamos a falar de uma força expedicionária, estamos a falar de uma decisão fortíssima, e estamos a falar de uma campanha que é feita em terra e também no mar, com 19 navios da Armada portuguesa, 5 de combate e 14 de transporte. E, simultaneamente, Portugal vai mandar também duas esquadras navais para o Canal da Mancha.

Portanto, a pergunta é: Portugal decidiu? Teve uma política externa? Tinha uma ideia? Tinha, de tal maneira que manda o Tenente-General José Sancho de Brito com 7 navios para o Canal da Mancha para fazer patrulhas aos corsários franceses que saíam daquela região, e a seguir (porque esta expedição volta) vai mandar o Vice-Almirante António Januário do Vale com 8 navios para fazer proteção de colunas, etc., também no Canal da Mancha. Portanto, por mar e por terra, mandámos duas expedições extremamente importantes. Mas, considerando a expedição do Rossilhão, ainda é mais relevante. Estamos a falar de mais de 50 mil homens, de 19 navios da Armada portuguesa. Estamos a falar de uma expedição que inicialmente começa com uma grande vitória na Ponte dos Diabos em Ceret, com Gomes Freire de Andrade a liderar a sua primeira grande vitória, e que termina com uma vitória portuguesa.

E fomos porquê? Agora começam as questões. Fomos como força auxiliar. Não assumimos o nosso papel, dissemos que íamos ajudar os espanhóis, não dissemos que íamos afrontar a França, porque era mais cómodo, porque, sendo médios entre os grandes, convinha não tomar partidos de forma decisiva, até porque a economia estava a correr bem naquela altura. Portanto, fomos, mas não fomos. Fomos, mas como não fomos como ator preponderante, não participámos no Tratado de Paz da Basileia de 1795. Ou seja, fomos ajudar os espanhóis contra a França, mas a Espanha torna-se aliada da França em 1795 e nós somos vencedores vencidos, porque, embora tenhamos vencido as batalhas, temos que retirar um pouco envergonhados e regressar a Portugal, embora os feitos da campanha tenham sido suficientemente amplos e considerados para dar prestígio à força, arrumamo-los de volta em Portugal de forma tímida e, pior ainda, escondida.

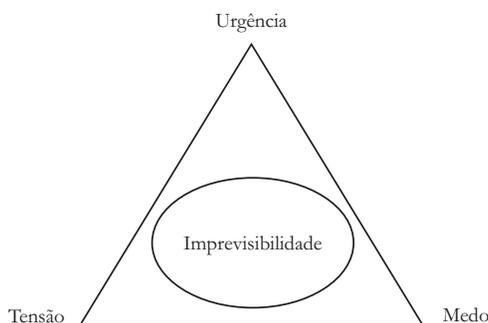
O final da década de 1790 é marcado por muitas atitudes, da parte portuguesa, de não querer afrontar sem deixar de afrontar. Por isso, mandamos uma esquadra naval para o Mediterrâneo, vamos continuando a fazer operações militares aqui e ali, mas nunca

assumindo um papel, claramente, numa aliança, uma posição, uma postura naquilo que se queria dizer em termos de política externa.

Curiosamente, 20 anos depois, em 1813, há outro Portugal, porque este Miguel Pereira Forjaz, um dos estadistas mais brilhantes que alguma vez Portugal conheceu, vai estar na linha da frente de uma decisão política, em nome de el-rei D. João, de determinadamente invadir e conquistar os mesmos Pirenéus de que tínhamos sido obrigados a retirarmo-nos em 1795. E são 30 mil portugueses, estamos a falar de 50% do Exército português de primeira linha, que está na linha da frente com dois corpos de Exército. Isto quer dizer o quê? Tenentes-generais a comandar forças aliadas, o Tenente-General Carlos Lecor, o Tenente-General Francisco da Silveira. Nove maiores-generais, 20 brigadeiros-generais que estão nesta altura a comandar forças aliadas e forças portuguesas naquilo que é a tomada dos Pirenéus, a libertação de Espanha por parte da França e a conquista do território francês até Toulouse em 1814, numa atitude definida, numa política externa clara, numa decisão clara sobre aquilo que podíamos fazer ao nosso nível, dado os nossos recursos como pequena e média potência. O que podíamos nós fazer e ao lado de quem? Ao lado do aliado mais forte da época que era a Grã-Bretanha. Escolhemos um lado, escolhemos um partido, tomámos uma decisão, tivemos uma política, afirmámo-la e fomos em frente. Já não fomos de forma tímida, depois perdemos em 1815, mas isso é o fado português.

Eu só queria dar este exemplo, porque uma leitura incorreta do sistema internacional dá nisto. Pensava-se que eram os revolucionários franceses, não se percebeu que havia uma alteração da hegemonia da Europa, não se percebeu que havia uma luta entre uma talassocracia e aquilo que, no fundo, era um poder terrestre emergente. Não se percebeu que se estavam a jogar as grandes alianças da Rússia, da Áustria, da Prússia com aquilo que era o outro ator que nunca veio, os Estados Unidos, que ainda não se queria assumir como uma potência interviniente nesta altura, até porque depois teve as suas guerras em 1812. Não se olhou, de forma crítica e assumida, o panorama do sistema político internacional de uma forma, eu diria, nem realista nem liberal, mas de uma forma consentânea com a prática das relações internacionais, que é uma busca do lugar que cada um tem de ter na circunstância do tempo. E é isso que nos pedem a nós em 2024, que olhemos para o tempo em 2024, que é um tempo marcado por imprevisibilidade.

Por mais que, neste momento, queiramos olhar para aquilo que se vai perspetivar, estamos, de facto, com três grandes partes deste triângulo:



Há uma urgência na decisão porque as coisas estão a acontecer – na Síria, no Médio Oriente, na Ucrânia, no Sahel, na China, em Taiwan, na Coreia do Norte. Mas há obviamente o medo que neste momento está a moldar e a toldar o pensamento e a decisão coerente de muitos estadistas, porque se calhar ainda não encontramos o Miguel Pereira Forjaz, o Napoleão Bonaparte e o Duque de Wellington que precisamos para dar um bocadinho de raciocínio e de calma para tomar decisões de fundo que apostam naquilo que é uma perspetiva mais alargada.

Se forem ao Conceito Estratégico da NATO – e porque estamos a falar obviamente do espaço euro-atlântico –, é muito simples, o competidor estratégico internacional que está escrito no Conceito Estratégico da NATO é, sem dúvida, a China. O adversário, o inimigo, neste momento, direto à própria NATO é a Rússia, por aquilo que está a fazer, neste momento, na sua periferia. Mas não vamos esquecer o terrorismo, até porque estamos agora a aprender como é que terroristas de ontem são estadistas de hoje, na Síria. Este fenómeno continua a estar perfeitamente presente numa Europa altamente dependente, numa relação transacional, naquilo que é energia, recursos, comunicações, cabos submarinos, etc., que são fundamentais para manter não só este espaço euro-atlântico vivo, como para que a própria economia possa progredir de forma equilibrada e defendida.

Eu diria então o seguinte. Há uma transformação na Defesa? Há, não vem de agora, vem a acontecer nos últimos anos, acelerou – como dizia o Professor Carlos Gaspar ainda há pouco – no dia 24 de fevereiro de 2022. Mas, de facto, hoje em dia tudo é multidomínio, e eu costumo dizer que os domínios são 5 + 2, porque além de terra, mar, ar, espaço e ciberespaço temos obviamente o espaço eletromagnético e o domínio cognitivo. E é no domínio das narrativas que nós Europa, nós mundo ocidental, que nós os tais defensores da ordem liberal que ainda se quer afirmar, estamos a perder a guerra. Na guerra da narrativa estamos a ser derrotados no mundo inteiro, porque não passamos a mensagem, não mostramos coesão e facilmente, através daquilo que são guerras baseadas na tecnologia, através da influência direta e indireta daquilo que é a manipulação das ideias das pessoas, não passamos uma ideia coerente e coesa daquilo que queremos ou deixamos de querer fazer.

Nunca precisamos tanto como hoje e no futuro de maior coordenação e comando. Porque a expressão é “coordenar e cooperar”, mas a palavra “comando” também importa quando falamos de Forças Armadas e Forças e Serviços de Segurança para dar uma resposta holística aos problemas de segurança e defesa que vivemos no continente europeu. Porque precisamos de pensar nos vários patamares da política e da estratégia, das operações e da tática de forma muito mais fechada e, ao mesmo tempo, muito mais dividida nos patamares da responsabilidade. Porque precisamos de pensar no *ante*, no *in* e no *post bellum*. O que é que eu vou fazer depois dos conflitos terminarem nos próximos 25 anos? O que é que eu quero para a situação pós-conflito no Leste Europeu? O que é que eu quero para a situação pós-conflito no Médio Oriente ou em toda a região do Grande Sahel?

E porque há obviamente uma emergência tecnológica que está a alterar a forma de fazer as coisas, sem tirar aquilo que eu costumo dizer que é o elemento ou a arma dominante do século XXI, que continua a ser o soldado. Por mais tecnologia que haja,

os conflitos de hoje provam-nos que, depois, é o cidadão armado que fala com as populações, que toma território, que faz negociações e que apresenta uma solução. Não é o robô, não é o *drone* de certeza. A destruição não substitui a ocupação, a ocupação não substitui o humanismo e o humanismo não substitui a clarividência. E por último, porque há obviamente, a par das velhas ameaças e riscos, novas ameaças e riscos para as quais temos de estar preparados.

Por isso eu iria para aquilo que defendo que é: o sistema internacional como está já não é o sistema internacional do futuro. Utilizando uma palavra mais metafísica ou mais filosófica, eu acredito que há uma transcendência do sistema internacional. Esta transcendência do sistema internacional que se está a afirmar em 2024, provavelmente em 2025, tem a ver com estas ligações:

**Espaço Finito vs. Espaço Infinito** – Finalmente olhámos para o espaço a sério, o tal quinto domínio que ainda está muito por ser explorado, porque é infinito, porque é obviamente a meta para além da qual não há fronteiras terrestres que analisem esta fronteira multiglobal que temos para o futuro.

**Estado vs. Associações Assimétricas** – O poder emergente das associações assimétricas: empresas privadas, empresas multinacionais, poderes disruptivos, circunstâncias aleatórias. Porque os Estados já não são o grande motor ou o único motor que vai mudar a história internacional, mas sim as associações assimétricas, porque dentro dos povos vive, habita, cresce a olhos vistos a autocracia, a ignorância, a boçalidade instalou-se, a estupidez afirmada e escrita, que hoje em dia todos vemos e lemos a toda a hora. Não é um fenómeno passageiro, está para ficar. E isso obviamente obriga-nos a pegar outra vez em alguns valores da ética, da honra, dos princípios para conseguir afrontar este mesmo sistema.

**Tecnologias Disruptivas vs. Humanismo** – Depois, obviamente, não podemos perder o humanismo com as tecnologias disruptivas. Pensar que a inteligência artificial, os *bots* e os *drones* vão resolver as coisas é impensável, porque no fim do dia há homens, mulheres e crianças que vivem naquele território e que vão querer escolher de que lado é que vão ficar, e isso faz-se com a cara do soldado, faz-se com a cara do militar, faz-se com a cara da pessoa que tem uma palavra, uma honra, uma ideia e um princípio. Não é um *drone* que larga uma bomba que vai resolver isso.

**Força Política vs. Força da Sociedade Civil** – Por outro lado, a sociedade civil cada vez é mais representada, mas a força política e a força da sociedade civil, onde é que ela está? E aqui eu não tenho solução, gostava de poder ser mais afirmativo, mas não consigo.

**Multilateralismo vs. Cooperação Global pelo Desenvolvimento** – De facto, o mundo está cada vez mais assimétrico, mais dessintonizado, como tal temos de saber qual é o valor que vamos aqui pôr como preponderante, mas eu diria que o multilateralismo é aquilo que está a acontecer muito mais do que uma sintonia à volta de valores e princípios pela cooperação.

**Europroblema vs. Pacífico-cêntrico** – E depois, porque vamos falar à tarde disto, o centro de gravidade do mundo onde vivemos já não é na zona do Mediterrâneo,

já não é, garantidamente, só no espaço euro-atlântico. É, provavelmente, pacífico-cêntrico (no Indo-Pacífico) e será, por aí, que temos de começar a olhar e, a partir daí, medir. Será em Singapura, nos Shangri-La Dialogues, que vamos ver o que se passa no mundo e não tanto na Conferência de Munique, mas é apenas uma especulação.

Os senhores auditores do Curso de Defesa Nacional já me viram mostrar este *slide*, mas esta é uma expressão que eu utilizei no último ano: “belly of wars”. Pensar que existe algum conflito, aqui, que está isolado dos outros é uma pura ilusão, eles estão perfeitamente interligados. O que se passa na Ucrânia está diretamente ligado ao que se passa no Médio Oriente e em todo o Sahel. São os *proxys* da Rússia que vão buscar recursos ao Mali e à República Centro-Africana, ao Níger e ao Burquina Faso para continuarem a alimentar não só o esforço de guerra, como também a narrativa que lhe permite o voto nas Nações Unidas para mostrar que existe outro tipo de opiniões. É o Irão que apoia diretamente os esforços de um Hezbollah ou de um Hamas, que, por outro lado, está a armar e a rearmar a Rússia na guerra contra a Ucrânia. É a Rússia que, obviamente, permite as bases que estão na Síria, permite os apoios no Médio Oriente e vai continuando a fazer esta narrativa que permite a poderes como a China entrem, também, nesta zona, para conseguirem estabelecer o seu poder económico transnacional. Portanto, é uma barriga de guerras contínua do Ártico até ao Golfo da Guiné, que está profundamente interligada, e pensar, neste mundo de hoje, que algum conflito se dá de forma completamente isolada é uma pura ilusão.

Terminava com isto só para dizer o seguinte. O mundo é difuso, o mundo parece um bocadinho perdido, mas há uma questão que todos nós podemos fazer como Portugal e como nação, que é ter a consciência de que podemos analisar esta parte matricial dentro de uma política de Defesa Nacional, alinhada com a política externa do Estado, e marcar linhas que queremos construir hoje, com um plano a 25 anos e a 50 anos, como qualquer nação que queira fazer parte do sistema mundial, com muito realismo, deve fazer.

Obrigado.

# As crises e os conflitos atuais e a formulação das políticas públicas de defesa

**Doutor Bruno Oliveira Martins**

*Senior Researcher do Peace Research Institute Oslo e Investigador Associado do Instituto da Defesa Nacional*

Bom dia a todos.

O repto que a Prof.<sup>a</sup> Isabel Ferreira Nunes me lançou foi para fazer uma alocução sobre o tema “As crises e os conflitos atuais e a formulação de políticas públicas de defesa”. Obviamente, no contexto deste Seminário, haveria muitas formas de pegar no tema, muitos tipos de crises, muitos conflitos hoje em dia, e também a assunção de que Defesa pode ser muitas coisas e, por isso, as políticas públicas com impacto em Defesa podem ser diferentes das estritamente adotadas em Ministérios da Defesa.

Eu resolvi falar, a nível de foco e a nível temático, sobre questões de inovação e de investigação e desenvolvimento como setor multiministerial e transversal, porque acho que é uma área onde questões de coordenação e de cooperação se colocam a vários níveis. E acho que é bastante interessante explorarmos um pouco essa temática, também na lógica de alargar o número de interlocutores, abrir à sociedade civil, e de tentar perceber de que forma as relações civis-militares estão a ser alteradas com avanços tecnológicos, com novos desenvolvimentos geopolíticos; por isso, vou tentar abordar um pouco estas questões. O título da apresentação tem três dimensões e eu vou organizar a minha apresentação precisamente de acordo com essas três dimensões.

A primeira é sobre crises e conflitos atuais. É um pouco falta de imaginação da minha parte escolher a guerra na Ucrânia como teatro que me permite explorar alguns destes desenvolvimentos, há muitas outras crises, muitos outros conflitos internacionais, um pouco por todo o globo. Escolhi a questão da guerra da Ucrânia porque acho que é aquela que tem um maior impacto naquelas que poderão ser as políticas públicas em Portugal e também, naturalmente, como europeu que tem investigado sobretudo temas relacionados com a União Europeia, é a área em que me sinto mais confortável a falar.

A primeira coisa que eu queria dizer sobre isso não é propriamente uma novidade para ninguém na sala, mas é muito importante para ajudar a balizar aquilo que eu quero dizer hoje: a guerra na Ucrânia cruza-se com vários desenvolvimentos internacionais, sendo influenciada por eles, mas também sendo um fator de aceleração de alguns desses desenvolvimentos. A primeira questão, bastante importante, é que quando uma pessoa observa o que se tem passado na Ucrânia nos últimos dois anos e meio, vê que existe a sobreposição de vários tipos de guerra, chamemos-lhe assim. Aquilo que eu vejo é uma sobreposição de tanto uma guerra convencional, com invasão territorial, grandes exércitos, armas convencionais, etc., como guerras híbridas, em que nós vemos vários tipos de atuação, não apenas no teatro de operações estritamente considerado, mas também em países vizinhos – eu, como pessoa que normalmente vive na Noruega, tenho observado imensa atividade nesse sentido –, e uma terceira dimensão que é uma guerra de alta tecnologia. Temos estas três dimensões: guerra convencional, guerra híbrida e guerra de alta tecnologia.

Isso leva-nos à questão seguinte: nós temos falado ao longo dos últimos dois anos e meio da necessidade de aumentar o investimento na indústria de Defesa, mas aquilo que me apraz verificar, olhando para a questão da Ucrânia, é que nós não vemos uma indústria de Defesa, vemos várias indústrias de Defesa. E é fundamental nós termos este entendimento ontológico, porque, se olharmos para essa realidade e virmos efetivamente aquilo que eu tentei explicar aqui, vemos que existem várias indústrias de Defesa.

Há um investigador americano chamado Jonathan Caverley que refere que a guerra da Ucrânia tem demonstrado a existência de três tipos de indústrias de defesa. Uma primeira, plataformas: tanques, aviões, etc.; uma segunda, mercadorias ou *commodities*, na expressão inglesa: munições, etc.; e uma terceira, que tem que ver com as tecnologias de ponta militarizadas: satélites comerciais, inteligência artificial, *drones*, etc. Cada uma destas indústrias tem dinâmicas extremamente diferentes, dinâmicas próprias, que têm de ser conhecidas ao pormenor para que políticas públicas eficientes possam ser elaboradas, senão, há vários riscos associados e o uso ineficiente dos recursos não é o único, nem o mais grave. Ou seja, para desenvolver políticas públicas obedecendo a lógicas de colaboração e de cooperação no âmbito das indústrias de Defesa, julgo que é bastante importante assumir que existem vários tipos de indústrias de Defesa, cada uma com as suas próprias dinâmicas.

Outra questão que é bastante importante referir e que tem sido verificada com grande intensidade no conflito da Ucrânia tem a ver com as dinâmicas contemporâneas de transferência tecnológica, sobretudo do meio comercial e civil para o militar e não tanto vice-versa como era a tônica nas décadas da Guerra Fria, por exemplo. Aqui, estamos no domínio das tecnologias de duplo uso e é bastante comum sublinharmos precisamente esta transferência da tecnologia do âmbito civil e comercial para o ambiente militar, mas esta transferência não é fácil. Nós não podemos assumir que simplesmente colocando mais financiamento nas empresas comerciais e no âmbito civil, automaticamente isso se vá traduzir num maior aproveitamento pelos domínios militares, por um vasto conjunto de fatores que julgo ser importante conhecer.

Em primeiro lugar, os métodos de trabalho, os procedimentos, as redes, as culturas, os ambientes sociais entre as indústrias comerciais e civis e o domínio militar são bastante diferentes, e o diálogo e a troca de ideias nem sempre são fáceis. Para as empresas comerciais – isto é bastante importante referir –, colaborar com os meios militares nem sempre é fácil e nem sempre é lógico. Nós temos, talvez um pouco, a tendência de pensar que existem grandes oportunidades para as empresas comerciais e do âmbito civil que estão a desenvolver novas tecnologias em colaborar com os meios militares, mas isso nem sempre é lógico. Em alguns países, por exemplo, existem limites à possibilidade de lucro que as empresas comerciais podem ter quando fazem negócios com os meios militares, existem níveis bastante elevados a nível de burocracia da contratação pública e também, convém dizer, existe, por vezes, o risco de danos reputacionais, que algumas empresas não estão dispostas a correr pelo facto de colaborarem com ambientes militares – temos imensos exemplos desses ao longo dos últimos anos, inclusivamente isto foi-me dito por empresas com as quais tenho efeito investigação.

Outra questão importante: as redes e o *networking* são fundamentais para que exista este tipo de intercâmbio entre o domínio comercial e civil e o domínio militar. Mas, enquanto as grandes indústrias de defesa privadas, ao longo de décadas, foram estabelecendo esse tipo de relações com os vários *establishments* militares, as novas *startups* tecnológicas não têm esse tipo de redes. E quando nós assumimos que a grande parte da tecnologia de ponta e o *cutting edge* tecnológico em tecnologias que usam inteligência artificial, por exemplo, se encontra no domínio comercial, temos de ter em atenção que mesmo o domínio comercial e domínio civil têm características completamente diferentes e é importante perceber os nossos interlocutores. Uma última questão que dificulta a transferência tecnológica é que hoje em dia a questão de autonomia, quando nós falamos em inteligência artificial, é sobretudo uma questão de *software*, um *software* que requer e que é baseado em *open source intelligence*, algo que nem sempre é fácil de conjugar num ambiente militar em que existem naturalmente questões de segredo, etc.

Isto leva-me à questão da inteligência artificial. Naturalmente, a inteligência artificial é um conjunto de novas tecnologias que apresentam bastantes oportunidades, bastantes possibilidades, muito para além da questão dos *killer robots* ou das armas totalmente autónomas, e que gradualmente tem vindo a ser integrada em forças armadas um pouco por todo o mundo. Mas, do ponto de vista das políticas públicas – e aqui estou a remeter-me àquela questão inicial, quando eu referi que esta é uma questão multissetorial, multiministerial –, a inteligência artificial coloca vários problemas.

Nomeadamente, um problema regulatório. Colocando-se a questão de como regular os processos de investigação e desenvolvimento na inteligência artificial; como regular a questão do cruzamento entre a inteligência artificial e outros domínios da sabedoria, por exemplo, as ciências biomédicas – nós tivemos no IDN, há algumas semanas, uma apresentação que referiu precisamente os riscos que existem quando se cruza a inteligência artificial com este domínio –, a energia nuclear, etc. Depois é também um problema ético: quais os parâmetros que devem enquadrar o uso de inteligência artificial no contexto militar, para além da questão do armamento autónomo? É também um problema político: como garantir a liderança no conhecimento e desenvolvimento de inteligência artificial, num contexto de grande competição internacional? E por fim, é também um problema científico: como manter os princípios da ciência aberta e da disseminação científica quando os principais desenvolvimentos tecnológicos em inteligência artificial acontecem em empresas privadas e não em universidades e laboratórios?

Por estas razões, a cooperação e coordenação em Defesa, hoje em dia, passam por todas estas dinâmicas que atravessam vários ministérios, vários institutos públicos, várias instituições políticas nacionais, europeias, internacionais, mas também fundações privadas, universidades, empresas e grupos da sociedade civil – muito importante aqui, a questão da sociedade civil e vou falar um pouco mais sobre isso adiante. Ou seja, acho que todos nós nesta sala devemos perguntarmo-nos como é que Portugal se coloca, se posiciona perante estas questões. Que resposta é que Portugal tem e que respostas Portugal gostaria de ter?

Quando nós falamos em cooperar e coordenar em Defesa, para mim é muito importante a questão de envolver mais atores. Eu acho que o Instituto da Defesa Nacional

faz um trabalho assinalável e extremamente importante, precisamente, no envolvimento da sociedade civil. Acho que é, do ponto de vista comparado, claramente um exemplo de boas práticas e acho que é importante que também os ministérios e outros órgãos públicos façam esse tipo de esforço. Envolver mais atores significa que a sociedade em geral pode ser considerada a primeira linha de defesa de um país. Neste sentido, é importante conhecermos o conceito de defesa total, ou *total defence*, que existe, por exemplo, em vários países escandinavos, que aponta algumas pistas importantes e que aponta para o envolvimento da sociedade civil, das empresas, das escolas, da administração pública, etc. como primeira linha de defesa do país. Esta não é uma realidade que deva ou que possa ser transferida para todas as realidades, nomeadamente a portuguesa, mas oferece boas pistas para perceber como é que a sociedade pode ser ainda mais envolvida.

E, na minha opinião, a sociedade deve ser mais envolvida e mais atores devem ser envolvidos por três razões. Em primeiro lugar, por causa da criatividade de soluções. Quanto mais pessoas tivermos à volta da mesa, quanto mais diversa e diversificada for a *pool* de atores e de pessoas que têm uma voz ativa, maior será a criatividade das soluções. Falámos há pouco de pensar *out of the box*, acho que se pensa *out of the box* trazendo novas pessoas e novas ideias. Em segundo lugar, porque o envolvimento da sociedade cresce e o sentimento de pertença coletiva também cresce se as pessoas sentirem responsabilidade em algo importante. E em terceiro lugar, envolver mais a sociedade civil nestes processos é muito importante para aumentar os níveis de legitimidade política e social.

Na última parte da minha apresentação vou falar sobre políticas públicas de Defesa no âmbito da inovação, sempre assumindo aquela ideia de que esta é uma questão que é multissetorial. Quatro ideias-chave. Em primeiro lugar, nós estamos aqui a falar de questões de necessidade de desenvolvermos políticas de coordenação e de cooperação e, na minha opinião, isso é extremamente importante porque existem vários riscos assinaláveis se essa coordenação não existir. No caso específico de questões de segurança e defesa, no contexto de Portugal e no contexto europeu, os riscos da falta de coordenação são:

- O agravamento da fragmentação da base industrial europeia de Defesa, que já é fragmentada e, se os recursos aumentarem, mas não forem consumidos ou utilizados de forma coordenada, esta fragmentação vai aumentar ainda mais;
- A competição entre diferentes empresas europeias no acesso a componentes e matérias-primas, ou seja, empresas europeias, Estados europeus vão estar a competir uns com os outros no acesso a determinadas matérias-primas;
- A incompatibilidade entre as necessidades operacionais e industriais. Isto é uma questão que tem sido referida ao longo dos anos, nomeadamente desde que se começou a falar do Fundo de Defesa Europeu, em que não existe uma articulação entre aquelas que são as prioridades industriais e aquelas que são as prioridades operacionais.
- E em último lugar, os desafios para a definição de uma autonomia estratégica europeia – também foi algo de que falámos há pouco. Se os recursos não forem utilizados de forma coordenada, a questão da autonomia estratégica europeia será uma quimera cada vez maior.

Portanto, a primeira ideia-chave teve a ver com estes riscos da não coordenação. A segunda tem a ver com, devido ao seu impacto na sociedade em geral, a decisão política de aumentar o envolvimento de um Estado ou da União Europeia em questões de segurança e defesa associada a um aumento de investimento tem de ter elevados níveis de legitimidade democrática e de apoio dos cidadãos da União Europeia. Neste sentido, o envolvimento dos parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu é crucial, mas não é suficiente, e por isso, na minha opinião, devem ser adotadas estratégias tanto o nível da União Europeia como a nível nacional para promover debates sociais que envolvam as principais partes interessadas e, também, a sociedade civil. Acho que este ponto é bastante importante.

Terceira ideia-chave: os esforços nacionais e civis para promover uma liderança responsável na inovação tecnológica devem ser acompanhados de esforços para obter uma liderança também em questões de regulação internacional dessas novas tecnologias. Nós vemos Estados europeus, por exemplo, como a Áustria, como os Países Baixos, que estão a tentar ter uma liderança nos esforços para regular a inteligência artificial no domínio militar. Acho que seria uma área óbvia para Portugal também desenvolver a sua diplomacia.

Em último lugar, as forças armadas dos diversos países europeus devem equilibrar a vontade de ter cada vez maior inovação militar com o uso responsável dessas mesmas novas tecnologias, porque se existir uma *décalage* e se entrarmos todos na lógica de uma *arms race*, de uma corrida ao armamento, corremos bastantes riscos e acho que a União Europeia e os países europeus não podem colocar-se nessa situação.

Estas são as ideias que eu trouxe para cima da mesa, espero que tenham sido interessantes para alguns de vocês. Se quiserem colocar algumas questões, tenho todo o interesse em responder.

Obrigado.

# Inovação tecnológica e o desenvolvimento de uma base tecnológica de defesa no quadro multilateral

## Tenente-Coronel Marco Filipe Morais Pinto

*Chefe da Divisão de Indústria, Logística e Investigação e Desenvolvimento, DGRDN*

Excelentíssima Diretora Isabel Nunes, a quem desde já agradeço o convite,  
Senhora Deputada,  
Excelentíssimos Senhores Generais,  
Distintos membros da audiência e deste painel,

Eu creio que as duas intervenções anteriores foram bastante úteis e bastante interessantes para pensar na cooperação e coordenação do espaço europeu e nalguns pontos que também vou abordar. Portanto, cabe-me a mim pensar e fazer uma intervenção sobre a inovação tecnológica e o desenvolvimento de uma base tecnológica de defesa no quadro multilateral. Antes de abordar o tema, eu gostaria aqui de estabelecer alguns conceitos.

Portanto, nós temos a escala de TRL, a escala de prontidão tecnológica, desde o 1 até ao 9, desde um conceito até um produto final. A investigação vai mais ou menos até ao TRL 6, passa por investigação fundamental, investigação aplicada, e depois passamos para uma fase de desenvolvimento, portanto uma fase de industrialização de passar os protótipos que são desenvolvidos no TRL 6 para um produto final com capacidade de se afirmar no mercado. Há aqui um conceito que é o “Valley of Death”, que é o conceito de passar os protótipos para o mercado e que também está associado, por vezes, a uma dificuldade de financiamento, em passar de um financiamento público para um financiamento privado. E, por último, a inovação, que se pode fazer de forma independente da investigação e do desenvolvimento, e que abarca todos os níveis de desenvolvimento tecnológico.

O tema, vou abordá-lo em quatro pontos. Vou falar sobre a colaboração internacional a que Portugal pertence, as iniciativas também nacionais neste domínio, quais são os critérios de participação nestas iniciativas, e também como é que a academia e a indústria podem colaborar para a investigação, desenvolvimento e inovação. Portanto, eu vou-me focar mais nos instrumentos que existem.

A nível de colaboração internacional, Portugal está envolvido nestes quatro quadros: a Comissão Europeia, a NATO, a Agência Europeia de Defesa e a Cooperação Estruturada Permanente. Eu vou começar pela Comissão Europeia e já foi aqui amplamente referido que a invasão da Ucrânia deu o mote para que nos últimos dois anos houvesse uma grande atualização dos conceitos estratégicos. Portanto, temos a Common Security and Defence Policy, em 2022 foi lançado o Strategic Compass, que estabeleceu um nível de ambição muito mais elevado em relação ao anterior para as capacidades militares de espectro completo, e também, durante este ano, foi lançada a European Defence Industrial Strategy, que estabelece critérios de colaboração e objetivos de comércio entre os países

européus, objetivos esses bastante concretos. Ao nível da Comissão Europeia, o principal instrumento é o Fundo Europeu de Defesa (FED) e também está em preparação um programa para apoiar a indústria de defesa.

Falando sobre o FED, o financiamento do FED abarca todos os níveis de desenvolvimento tecnológico, desde a investigação até ao desenvolvimento, portanto temos 8 mil milhões de 2021 a 2027 e com duas janelas, uma voltada para a investigação, outra voltada para o desenvolvimento, de 2,7 e 5,3 mil milhões de euros, respetivamente. Tem também uma Financial Toolbox, que é um mecanismo financeiro para ultrapassar algumas das dificuldades da contratação pública, em que os países podem adquirir diretamente os produtos que vierem a ser consumidos do Fundo Europeu de Defesa. A nível de entidades portuguesas, queria também lançar aqui os resultados das entidades que participaram em projetos cofinanciados ao longo destes anos. Este é o número das entidades que vão receber financiamento [20 em 2021, 17 em 2022 e 10 em 2023], o número das entidades portuguesas que se candidataram é bastante maior.

A nível da NATO também houve uma atualização dos conceitos estratégicos, temos o Strategic Concept que foi lançado em 2021. Antes, também foi lançado o NATO Warfighting Capstone Concept, no fundo, para definir quais são os desafios a que as capacidades militares têm de responder. E há várias iniciativas dentro da NATO, vou só referir aquelas que têm intervenção direta na investigação, desenvolvimento e inovação. Temos o NIAG (NATO Industrial Advisory Group), que está dentro da Conferência dos Diretores Nacionais de Armamento, temos a Organização para a Ciência e Tecnologia (Science and Technology Organisation ou STO), foi recentemente lançado o DIANA (Defence Innovation Accelerator for the North Atlantic), e também o NATO Innovation Fund.

Agora vou falar de cada um destes três. Portanto, o STO também tem uma Estratégia de Ciência e Tecnologia, define, também com o apoio dos aliados, tendências tecnológicas para os próximos 20 anos e, em termos de organização, são painéis e um grupo para desenvolver ciência e tecnologia através de atividades onde participam vários peritos. O financiamento é dos aliados, a programação é feita entre o STO e os aliados, e a participação é a nível dos peritos nesta rede científica e tecnológica. Eles também publicaram as Science and Technology Trends 2023-2043, onde definiram um grupo de 10 tecnologias emergentes e disruptivas que são essenciais para o desenvolvimento de capacidades militares e, aliado a isso, também estabeleceram – já foi estabelecida a montante – qual é o papel destas tecnologias emergentes e disruptivas em cada um dos domínios, reforçando a importância das operações multidomínio, também a nível de superioridade cognitiva, *crossdomain command* – portanto, coordenar as operações em todos os domínios. Portugal também está a investigar nesta área e recentemente vai lançar um desafio que é uma abordagem de sistema de sistemas às operações multidomínio que vai ocorrer em janeiro, em colaboração com a Escola Naval.

A nível do DIANA, também tem uma *strategic guidance* que bebe dos documentos estratégicos da NATO e também tem o apoio dos aliados. O DIANA aqui é o apoio direto a *startups* através de *challenges* em diversas áreas tecnológicas. No ano passado, nós tivemos

várias candidaturas portuguesas, este ano também, e uma das candidaturas foi selecionada para fazer parte desta aceleração promovida pelo DIANA. Portanto, o DIANA tem financiamento próprio e é dirigido a *startups* numa fase inicial da sua vida. O NIF já é para *startups* que estão um pouco mais avançadas, *deep tech*, também bebe da estratégia da NATO e das tecnologias emergentes e disruptivas, e devo dizer que Portugal, neste momento, está a liderar a captação de investimento do fundo, na ordem dos 23 milhões de euros, através do investimento direto na Tekever e também de um apoio indireto a fundos de investimento, que é o caso da Faber. Eu faço aqui um parêntesis relativo à Tekever, porque as capacidades que eles têm demonstrado através de *drones*, a aplicação de *drones* com inteligência artificial, e outras capacidades na guerra da Ucrânia, realmente, têm-se diferenciado e foram reconhecidos e alvo de investimento do NIF.

Passando, agora, para a Agência Europeia de Defesa. Eles recentemente fizeram uma Long-term Review, que foi uma análise da missão da EDA. A EDA, neste momento, afirma-se como “Intergovernmental Defence Nexus at EU Level - Supporting Ministries of Defence along all the steps of the capability development cycle and beyond”. Portanto, a EDA funciona aqui como uma agência colaborativa entre os Estados-membros para os domínios da defesa e, também, em 2023, juntamente com os Estados-membros fez a atualização do Capability Development Plan (CDP), portanto das prioridades do CDP. Estão organizados em três diretórios, o de desenvolvimento das Capacidades, o de Industry, Sinergies and Enablers, e o diretório de Research, Technology and Innovation. Vou só reforçar aqui que as prioridades do CDP já abrangem os cinco domínios, mais *strategic enablers* e *force multipliers*, e que é uma evolução relativamente às prioridades de 2018 com a identificação de vários subdomínios prioritários para o desenvolvimento de capacidades militares.

A Long-Term Review trouxe uma nova missão para a Agência Europeia de Defesa que teve o apoio dos ministros da Defesa, e eu aqui vou-me focar na Core Task 2, que é “Enabling collaborative defence research, technology and innovation” – se bem que há participação da indústria e da academia também nas outras *tasks*. Dentro do diretório da RTI (Research, Industry and Innovation) da EDA, há os vários fóruns de reuniões onde participam os Estados-membros, há o apoio ao Fundo Europeu de Defesa em várias vertentes (*upstream role*, *downstream role* e apoio à gestão de projetos indiretos), mas eu queria-me focar nos *captechs*, que são áreas de desenvolvimento tecnológico, onde se produz investigação tecnológica pela academia, pela indústria e pelos Estados-membros, através dos peritos que participam. E recentemente, em 2022, eles criaram o Hub for European Defence Innovation, no fundo, para cruzar as atividades de inovação com as atividades de investigação tecnológica.

Também não poderia deixar de focar aqui a PESCO, que é um instrumento multilateral e intergovernamental que foi estabelecido por uma decisão do Conselho, onde participam os Estados-membros, que promove a elaboração de projetos colaborativos, tem financiamento dos próprios Estados-membros e também tem compromissos políticos vinculativos, como a alocação de 20% da despesa em Defesa em investimento e 2% em investigação e tecnologia. Portanto, estes são os objetivos que estão inscritos na PESCO

e que Portugal e os outros países têm de atingir. Há um total de 20 compromissos e mais subcompromissos, portanto, é uma matéria bastante extensa em termos de colaboração.

Queria trazer aqui uma visão do que é a perspetiva europeia relativa ao objetivo do desenvolvimento de capacidades. Portanto, nós temos o CDP que estabelece as prioridades, que está alinhado com o NDPP (o Planeamento de Defesa da NATO); a OSRA que é um instrumento da EDA que faz um *framework* de normalização das agendas estratégicas de investigação dos vários *captechs* – Portugal tenta participar em todos os 15 *captechs* –; temos a CARD que é um processo de revisão, identificação e promoção das oportunidades colaborativas que depois também alimenta a PESCO; e a PESCO que também está interligada com o EDF, porque as candidaturas que tiverem base nos projetos PESCO têm uma bonificação. Tudo isto entronca para o desenvolvimento de capacidades militares.

Eu agora queria fazer aqui uma ponte com as iniciativas nacionais. Nas iniciativas nacionais vou abordar dois documentos estratégicos, a Lei de Programação Militar (LPM) e a Estratégia de Desenvolvimento da Base Tecnológica Industrial de Defesa (BTID), ambos lançados em 2023, e também a Diretiva Estratégica para a Inovação nas Forças Armadas. Antes de passar para LPM e para a Estratégia de Desenvolvimento da BTID, queria aqui dar o exemplo do REPMUS, que é uma iniciativa da Marinha, um exercício que é líder na NATO, em termos de inovação e também desenvolvimento de sistemas autónomos em todos os domínios, e que resulta de um esforço de vários anos da Marinha que realmente se está a afirmar no contexto internacional. É, então, um exercício a nível da NATO amplamente reconhecido e, este ano, a EDA também se associou à sua organização, em Portugal.

Também não poderia deixar de referir o objetivo definido por Sua Excelência o Primeiro-Ministro Luís Montenegro de investimento de 2% do PIB em 2029. Vamos ver se será suficiente face à nova postura do Presidente Donald Trump dos Estados Unidos. A nível da LPM está consagrado financiamento para os novos domínios, para o espaço e para o ciberespaço, no ciberespaço houve uma evolução bastante significativa face à LPM anterior. Também há um financiamento expressivo, à medida das nossas capacidades, em investigação, desenvolvimento e inovação, em apoio a projetos PESCO onde Portugal lidera e também nas linhas de inovação, investigação e desenvolvimento e projetos colaborativos.

A Estratégia de Desenvolvimento da BTID reforça o papel estratégico da indústria de defesa a nível económico, serve para promover a base tecnológica industrial de defesa e identifica aqui alguns setores-chave que são muito dinâmicos a nível nacional e onde se tenta também promover a inovação e a investigação e desenvolvimento. Na Estratégia de Desenvolvimento da BTID também foram atualizadas as áreas tecnológicas prioritárias, que estão divididas em tecnologias, sistemas e domínios de integração. Aqui há uma ponte muito grande com as tecnologias emergentes e disruptivas que foram definidas pela NATO, também pela Comissão Europeia e pela Agência Europeia de Defesa, mas temos também áreas próprias, como, por exemplo, os materiais, o setor têxtil e os sistemas autónomos, muito importantes a nível nacional.

Agora queria falar sobre os critérios de participação que foram definidos para a PESCO, mas que também estão inerentes a outras iniciativas. Portanto, as iniciativas que serão alvo de financiamento da Defesa têm de ser relevantes para a mitigação de lacunas e desenvolvimento de capacidades; o desenvolvimento e sustentação do projeto devem ser feitos de forma colaborativa, também com a participação de outros países; tem de haver um interesse para a indústria de Defesa; deve ser relevante e contribuir para um *target* de capacidade (os *targets* da NATO); deve ser relevante e contribuir para prioridades do Capability Development Plan; deve ter também um foco na interoperabilidade e numa abordagem conjunta e combinada; e – está em último, mas também é um dos critérios mais importantes – tem de haver disponibilidade financeira.

Relativamente à questão da participação. Há muitos mecanismos, há muitos instrumentos e a participação tem de ser “personalizada”. Portanto, a academia, essencialmente, pode participar nos painéis do STO, nos *captechs* da EDA, em projetos e estudos, e também nas iniciativas de inovação da Agência Europeia de Defesa, o HEDI, através da participação em prémios de inovação e *paper awards* que foram criados recentemente. A indústria participa, essencialmente, nos projetos FED, mas também pode participar nas iniciativas mais dirigidas para a academia – nos projetos FED já tem de ser uma participação em consórcio, portanto uma participação mais consolidada com apoio nas redes que são criadas nestes fóruns mais dedicados para a academia –, e nos projetos PESCO que são lançados pela Defesa. Depois eu tenho aqui com uma diferenciação as iniciativas de inovação, o DIANA, o NIF e o HEDI, onde o DIANA e o NIF são mais focados para as *startups*, não para empresas que já estão consolidadas no mercado.

A nível da Defesa, o objetivo é a execução da LPM, a mitigação de lacunas e o desenvolvimento das capacidades militares, a produção de projetos PESCO, a representação nos vários organismos internacionais e, também, apoiar a preparação do FED, tanto na definição de tópicos como na harmonização de requisitos. É claro que não poderia deixar de referir o triângulo virtuoso que resulta da colaboração destas três entidades: a defesa, a indústria e a academia.

Queria deixar aqui algumas conclusões. Realmente, em contexto europeu existe uma grande dispersão da indústria e um dos objetivos é também promover a concentração, portanto há aqui várias orientações estratégicas. Eu acho que não faltam orientações estratégicas a nível europeu, NATO e nacionais. Todas elas apontam para a promoção da BTID e a relevância que a indústria de defesa tem no contexto económico para o desenvolvimento do país e também na criação de dinâmicas que trazem bastante valor acrescentado para os setores industriais chave, no caso português. A Defesa Nacional (e a LPM) está focada nas lacunas e no desenvolvimento das capacidades militares, e depois também existe a colaboração com entidades parceiras, como a ANI, a Portugal Space, a idD Portugal Defence, o Cluster AED, onde a nível nacional já temos algumas estratégias setoriais como o espaço e a área ciber.

O Fundo Europeu de Defesa é o principal instrumento de apoio à BTID e ao sistema científico nacional, verificando-se o funcionamento em rede, o estabelecimento

de consórcios e a colaboração. Existem também instrumentos próprios para a promoção de inovação, a nível da EDA há o HEDI, o EUDIS, que bebe financiamento do Fundo Europeu de Defesa e também tem financiamento privado, e o DIANA e o NIF, que têm financiamento próprio. E vão surgir novas oportunidades da implementação do futuro programa de apoio à indústria de defesa.

Antes de chegar à última conclusão, dizer que a Estratégia Industrial de Defesa a nível europeu também dá pistas para a necessidade de concentração da indústria dentro do espaço europeu. Por último, queria terminar com o que é importante, a participação e a colaboração, mas também ir ao encontro do instrumento que traz mais valor acrescentado quer seja uma área de inovação para apoio a *startups*, quer seja na academia para a criação de redes que depois podem alavancar a formação de consórcios para o Fundo Europeu de Defesa. E assim termino.

Obrigado.

# Painel – As Consequências para a Defesa Nacional das atuais transições geopolíticas e a emergência do Indo-Pacífico

**Moderação: Major-General Ana Baltazar, Subdiretora-Geral de Política de Defesa Nacional**

**Tenente-General António Fontes Ramos**

*Professor Convidado da Universidade Católica Portuguesa*

Começo por agradecer o convite que me fizeram. Tenho muito gosto em estar aqui, e estarei quantas vezes vocês quiserem. O Instituto é uma casa a que me sinto muitíssimo ligado e acho que, no panorama português, é uma casa de grande mérito em termos intelectuais, práticos, morais, políticos, e por aí adiante. Portanto, o que eu vou fazer aqui é uma síntese apenas das linhas geopolíticas e a Senhora Deputada Liliana irá analisar com mais detalhe, depois, as questões do Indo-Pacífico.

Deixem-me só lembrar, para começar, quanto a estas grandes alterações, esta frase. Xi Jinping visitou a Rússia o ano passado e à saída, com todos os holofotes da comunicação social, disse isto: “Neste momento há mudanças como não víamos há 100 anos e somos nós [o Putin estava em frente dele] que conduzimos estas mudanças em conjunto”. Putin disse “Concordo”.

Há 100 anos, as mudanças quais eram? Reparem, na Rússia, a Revolução de Outubro foi em 1917, em 1924 a União Soviética juntou-se. Foi uma revolução. E na China, o mesmo, o partido comunista chinês tinha sido desenvolvido no ano anterior, ia dar-se a revolução. Portanto, grandes revoluções, grandes mudanças. É isto que está nesta frase e são os dois que estão a conduzir estas grandes mudanças. Isto é muito significativo, porque foi feito e foi dito de propósito perante a comunicação social. Ora bem, como é que nós podemos caracterizar essas grandes mudanças? Podíamos falar aqui a tarde toda, mas, se quisermos mesmo retroceder, há duas considerações que estão, digamos, quase a montante.

Uma delas é esta: o sentimento de que há uma transição de poder. Esta frase que é uma frase académica significa o quê? Significa aqueles momentos da história em que um poder ascendente desafia o poder estabelecido. Tucídides já nos explicou isto desde a Guerra do Peloponeso e diz ele que quando isto acontece é o receio e o temor daquele que vai ser ultrapassado que conduz à guerra – foi assim que a Guerra do Peloponeso se desenvolveu. Portanto, há um estudo, que é um livro publicado, exatamente sobre a armadilha de Tucídides, que diz que dos 16 casos, nos últimos 500 anos, 12 levaram à guerra.

Este é o momento desta geração e do futuro de evitar que a ascendência da China, que poderá ter culminado nesta altura em relação ao Estados Unidos da América – os últimos estudos dizem isso –, se faça em paz e tranquilidade. Este é o desafio geracional,

porque as tendências, as desconfianças, digamos, os ódios, as capacidades estão aí. A China está a desenvolver de forma brutal o crescimento em meios navais, sem explicação real, já ultrapassou os Estados Unidos da América, e tem capacidade de crescer ao ritmo de 50 vezes mais do que os Estados Unidos da América em capacidade de produção. Portanto, há aqui um facto que não podemos esconder.

E o outro é este, que condiciona tudo e que também está a montante de tudo, que é a percepção de que estamos a viver uma competição entre as grandes potências. E isto está escrito, reparem, em todos os conceitos estratégicos de todas as potências, quer porque subscrevem este conceito, quer porque os outros o subscrevem e as potências acham que se devem preparar para isso. O que isto significa? Para já, significa que as grandes potências têm o direito de definir a ordem mundial. Segundo, que têm o direito e que se arrogam, digamos, a priorizar os seus interesses pessoais acima dos interesses transversais da humanidade, quando nós todos sabemos que isso não é possível, porque há questões como a fome, as alterações climáticas, o crime organizado, e por aí adiante, que não se podem vencer isoladamente, é preciso o esforço de todos.

Aquele sentimento de partilha, que houve durante muito tempo, e de necessidade de colaborar e cooperar está ultrapassado. E isto traz um ar belicoso ao mundo, porquê? Porque joga-se aqui um jogo de soma nula: “quando eu ganho, tu perdes”, “se tu ganhaste é porque eu estou a perder”. Isto dá este tom de permanente disputa. Se forem à internet hoje e introduzirem “prepara-se para a guerra Xi Jinping”, veem uma declaração de Xi Jinping que a Xinhua, que é a organização, digamos, que difunde as notícias colocou na internet. E se formos ver as outras declarações do Putin, do Biden até, são muito belicosas mutuamente.

Portanto, temos aqui uma questão muito complicada, a que se juntam depois dois condicionamentos, que eu acho relevantíssimos. Um deles é que a ascensão da China se está a dar em parceria com a Rússia e nunca foi assim. Este triângulo Estados Unidos-China-Rússia era muito mais flexível, era possível a negociação. Lembrem-se do Kissinger, a certa altura as ligações entre a China e os Estados Unidos eram muito melhores do que entre a China e a Rússia. Hoje, são rígidas, é impossível flexibilizar isto. E isto é muito importante.

Da aproximação mútua à Rota da Seda. Em 1996, Yeltsin, considerado abandonado pelo Ocidente, traído pelo Ocidente, desloca-se para a Rússia e a Rússia estava mais do que aberta para o receber. Entretanto, a China precisava de ter acesso àquilo que foi a descoberta estratégica da queda do Muro de Berlim, que foram os recursos imensos da Ásia Central. Tinha problemas de fronteiras, não conseguia entrar na Ásia Central sem o apoio da Rússia, precisava absolutamente da Rússia, e conseguiu. Em poucos anos, a China resolveu todos os seus problemas de fronteiras, gerou-se a Organização de Cooperação de Xangai e, através do acesso à Ásia Central, o caminho para a Europa. A Rota da Seda nasceu aqui, segundo a minha perspectiva, e é isto que dá este tom de rigidez e de dureza a esta relação.

E depois temos o crescimento, digamos, magistral da China. Nesta altura, há indicadores que dizem que o afastamento em relação aos Estados Unidos culminou e,

portanto, daqui para a frente, a China vai ter problemas muito complicados devido a uma população mais velha, enfim, um conjunto de dados. Portanto, a China neste período tornou-se um ator global, um competidor económico e um rival sistémico. Este é o *outlook* realizado e difundido pela União Europeia, que diz que a China é demasiado grande, mas não se esqueçam que é de facto um competidor e um rival sistémico.

Depois temos aqui, mais um, o desgaste do mundo unipolar. Não tenhamos ilusões, os Estados Unidos, de grande dominador, de grande poder hegemónico, nação indispensável que estava em todos os sítios, foi evoluindo e chegou a um momento em que se considerava estar num paradoxo: “Sou muito forte, mas não sou capaz de resolver as coisas”. Saiu destas guerras após o 11 de Setembro, reparem, com um desgaste, com – há um instituto académico que calcula isso nos Estados Unidos da América, que se chama Watson Institute – oito triliões de despesas, isto sem contar ainda com a Guerra na Ucrânia; a Rota da Seda custou 4 triliões e reformulou a economia mundial. Os Estados Unidos saem destas guerras sem honra nem glória, em perda. É isto que vemos nos Estados Unidos da América, é a percepção de que a ação externa foi má para os Estados Unidos da América, levou ao abandono da classe média, que não quer esta atividade externa e, portanto, isto condiciona muitíssimo a atuação do presidente dos Estados Unidos da América.

E temos agora a próxima administração. Bem, nós sabemos que há coisas que não vão mudar e outras que vão mudar. Uma que não vai mudar é a percepção de que a China é, digamos, o desafio máximo dos Estados Unidos da América. Hoje, nos Estados Unidos da América, é mesmo o objetivo central e único que une todos os partidos e todas as forças políticas no Congresso. Portanto, isto não vai mudar, mas quantitativamente, sim, vai mudar, julgando pelo Projeto 2025, que na parte da segurança e defesa está muito bem feito, realmente. O que diz é isto: a China é inequivocamente a prioridade máxima dos Estados Unidos da América. Ou seja: “A nossa prioridade vai ser ali, mas não temos capacidades, por isso os aliados têm de surgir lá”. E reparem este presidente já está a dizer que se calhar o orçamento de Taiwan tem de quadruplicar e os outros por aí adiante.

E no que respeita ao lado de cá, o que é que ele diz? Diz que se preparem os aliados europeus para assumirem a NATO, assumirem as forças convencionais da NATO, e os Estados Unidos darem a capacidade de dissuasão nuclear. Não sabemos se vai ser assim, mas o que lá está escrito e o que é indiciado pelas palavras do Presidente Trump é exatamente isso. Ouçam as palavras que ele disse anteontem e não vão nada longe disso, “Os europeus têm duas coisas em relação aos Estados Unidos da América que têm de resolver: primeiro, não compram nada dos Estados Unidos da América e têm de comprar [e até indicou o que é que eles têm de comprar]; segundo, têm de pagar pela sua defesa, porque se não pagarem pela sua defesa, eu saio da NATO” – disse isto publicamente, novamente. Há uns anos toda a gente se levantaria e criaria um conjunto de observações, agora nem uma, zero observações àquilo que ele disse, zero críticas àquilo que ele disse. Parece que está escrito nas estrelas.

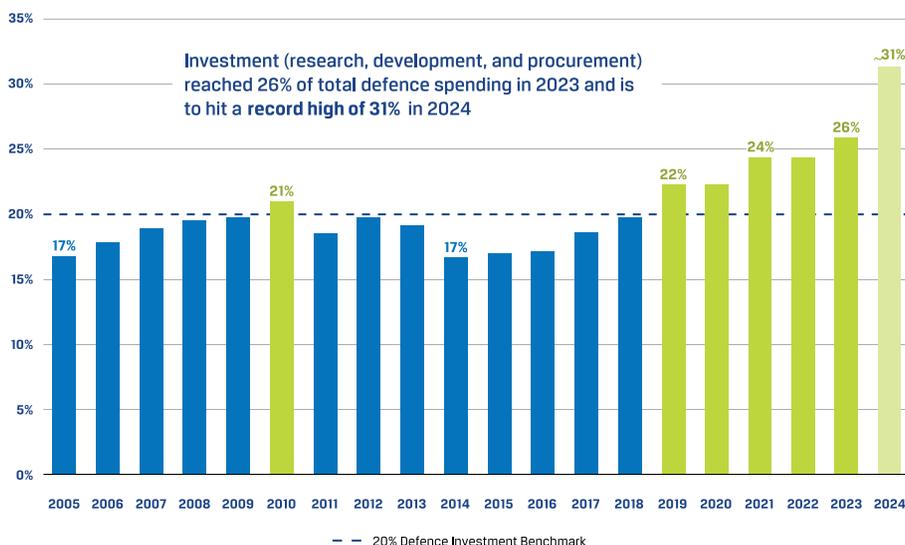
Ora bem, daqui para a frente eu queria-vos falar de duas questões. Uma é esta: como é que nós estamos na União Europeia em termos de defesa? Porque, os teatros

estão ligados. A partir da ação de intervenção da Coreia do Norte na Ucrânia, os dois teatros estão ligados. Já não se pode falar mais do Indo-Pacífico separado do teatro euro-atlântico. Estão ligados porquê? Porque pela primeira vez na história os norte-coreanos atuam na Europa e, em retribuição, a Rússia está a dar-lhes capacidades que afetam as condições de segurança da região do Indo-Pacífico.

Então vamos olhar para nós. Como é que nós estamos? Nós, a União Europeia. Porque já se pode dizer que a NATO, em termos gerais, atingiu os 2% do Produto Interno Bruto. E a União Europeia? Têm a noção? Têm a perceção? Chegámos em 2023 aos 1,6%, e se nos esforçarmos muito em 2024 chegaremos ao 1,9%. Portanto, nesta altura, há a perceção pública, nos Estados Unidos da América e noutros sítios, de que nós estamos aquém daquilo que devemos fazer. E o 2% vai ser ultrapassado, não vai faltar nem meio ano que não passe para 3% ou, eventualmente, para 4%. Temos aqui um problema realmente complicado em relação à administração americana.

Só sete países da União Europeia atingiram os 2%, Portugal está nos que menos gastam em segurança e defesa. E, se olharmos agora nesta perspetiva (ver Figura), o que é que isto nos diz? Diz que pela primeira vez, desde há muito tempo, nós atingimos uma meta muito básica e primária.

**Figure 5. Share of Total Defence Expenditure Allocated to Defence Investment**



**Fonte:** European Defence Agency, 2024. Defence Data 2023-2024. DOI: 10.2836/0704767 Disponível em: <https://eda.europa.eu/docs/default-source/brochures/leda---defence-data-23-24---web---v3.pdf>

Nas Forças Armadas, se os orçamentos baixam, a certa altura só há dinheiro para pagar aos militares e, portanto, não há dinheiro para investir. E isto era o que se estava a passar em Portugal e em muitos países da Europa. Pela primeira vez, nós ultrapassamos

um paradigma que tinha sido definido pela União Europeia de gastarmos pelo menos 20% do orçamento para adquirir armas novas. O que é, digamos, um resultado positivo, de ressaltar, e que significa que, perante esta situação complexa, nós começámos a comprar armas que nos faltavam. Falta olhar para o longo prazo, e em relação ao longo prazo há muito que fazer. Portanto, a situação é esta: os países que mais cresceram em termos de Defesa são os países do Leste, que são os mais preocupados em relação a isto, os outros estão na área de até 2%.

Ora bem, queria agora falar-vos da outra vertente do Indo-Pacífico, da parte estratégica. Explicar-vos o que é que se passou neste período, desde o Obama até agora. Reparem, qual era o sonho do Obama? Os Estados Unidos no centro, com uma relação transatlântica e outra transpácífica. Portanto, seria, digamos, o Estado coordenador, o moderador central numa grande arquitetura de geoeconomia mundial. Este era o seu sonho. Quando saiu da Casa Branca, o Trump deixou tudo. Disse que a parceria transpácífica iria ser eliminada e a parceria transatlântica nunca foi declarada como eliminada, mas esquecida.

Ora bem, no seu período, Trump dedicou-se à “America First”, portanto, às relações bilaterais. Para este tipo de postura, as alianças são um condicionamento desnecessário. Quando, dentro desta postura, os Estados Unidos querem falar com a Europa, não querem falar com a União Europeia, isso para eles é inconveniente, querem falar de Estado a Estado. A relação entre os Estados Unidos da América e, por exemplo, a Alemanha é completamente diferente de entre os Estados Unidos da América e a União Europeia, em que os Produtos Internos Brutos são semelhantes. Portanto, é natural que ele se tenha esquecido destas grandes ligações.

Mas, entretanto, o mundo não parou. A parceria transpácífica foi para a frente, sem os Estados Unidos, e foi transformada no Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership. Entretanto, do outro lado o que aconteceu? Aconteceu o Regional Comprehensive Economic Partnership em que a China conseguiu entrar. Portanto, a China reposicionou-se nesta região. Quem é que ficou de fora? Dentro desta reorganização na área transpácífica, ficaram de fora, exatamente, a Índia e os Estados Unidos da América. A China, portanto, é um dos elementos de duas grandes organizações que têm muitos elementos em comum e passou a ser uma voz potentíssima nestas duas grandes geoeconomias da área transpácífica.

E para acabar – reparem bem que isto [a criação da Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership e da Regional Comprehensive Economic Partnership] foi durante a administração Trump, um foi em 2018, o outro foi em 2020 –, ainda durante a administração Trump, depois de sete anos negociação, em dezembro, antes de Trump sair, queria que a União Europeia assinasse com a China este acordo alargado de investimento (Comprehensive Agreement on Investment). No entanto, o acordo acabou por ser inviabilizado. Agora reparem o que daria, digamos, de capacidade ter uma China integrada no Indo-Pacífico, as Rotas da Seda para a Europa e, no fundo, um acordo direto com a União Europeia.

Bom, o Presidente Biden chega à Casa Branca e a União Europeia segue-lhe o exemplo. Nesta altura a postura que existe com o Indo-Pacífico é esta, uma estratégia, tanto dos Estados Unidos da América como da União Europeia, alargada, aberta, colaboradora, compreensiva, aprofundada, de facto, uma postura que eu acho absolutamente relevante e o paradigma do que devem ser relações entre dois grandes espaços geopolíticos. E por aqui me fico, as questões que me quiserem colocar depois terei muito gosto em responder.

## Prof.<sup>a</sup> Doutora Liliana Reis

*Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Defesa Nacional*

Muito boa tarde a todos.

Aproveito desde já para cumprimentar a Senhora Diretora, Professora Isabel Ferreira Nunes. Muito colaborámos com a Universidade da Beira Interior e com Instituto da Defesa Nacional. E permitam-me que faça este sublinhado porque o Instituto da Defesa Nacional tem sido, verdadeiramente, um promotor e um provedor junto também dos nossos estudantes, sobretudo de Ciência Política e de Relações Internacionais, dos assuntos de Defesa e da mobilização para assuntos de Defesa, não apenas nacional, mas Defesa europeia e Defesa atlântica.

Hoje, e cumpre-me fazer também este *disclaimer*, fui convidada pela Senhora Diretora e pelo Senhor Diretor de Política de Defesa Nacional para vos falar do Indo-Pacífico. Ora, quem me conhece sabe que este não é efetivamente o meu teatro de operações, por assim dizer, favorito, é efetivamente a questão europeia, mas nos últimos tempos, o mundo obriga-nos a outro tipo de leituras. Assim, atenção às expectativas, ou seja, que haja aqui uma moderação de expectativas depois deste *disclaimer* inicial, até porque naturalmente não é a minha área de trabalho ao nível de investigação nos últimos anos.

Mas há algo que importa efetivamente perceber hoje e devo partilhá-lo com todos vós, porque eu julgava que havia uma ingenuidade profunda nas relações internacionais, quer a nível nacional, quer a nível europeu, que nos tinha levado à perda relativa de poder do ponto de vista internacional. Hoje julgo que não é apenas ingenuidade, há efetivamente autofagia dos europeus, aliás dos pós-modernos, em não compreenderem a importância do poder nas relações internacionais. E tenho que fazer isto, primeiro, porque o Professor Vasco Rato utilizou a alegoria de Rousseau, a propósito do dilema do prisioneiro, do coelho e do veado de manhã, mas depois vimos também o Senhor General Lemos Pires falar efetivamente da importância do poder e de que forma é que esta transição acontece, e agora o Senhor General Fontes Ramos destapou algumas das questões da nossa fraqueza face aos outros atores.

Ora, hoje já aqui recuperaram vários autores das Relações Internacionais desde Tucídides – e quase sempre a apontarem para quadros realistas –, mas Organski diz-nos que uma potência relativa só desafia a potência dominante quando sente que há fraqueza nessa potência dominante. Aquilo que hoje se vislumbra é que o mundo ou a ordem liberal ocidental está sob ameaça, mas se calhar essa ameaça também é de dentro. E é de dentro quando não se compreende que os valores, as normas e ideias do ponto de vista construtivista só existem porque nós vencemos a Segunda Guerra Mundial.

Ora, o ordenamento jurídico que nos permitiu chegar até aqui, nos últimos 70 anos, acontece porque nós saímos vencedores da Segunda Guerra Mundial e tínhamos o poder. Ainda que possamos criticar a forma de exercício desse poder, o que é certo é que ele nos pertencia, tínhamos a tutela do poder. E isto é muito importante (antes de eu começar a minha apresentação), porque aquilo que eu hoje sinto, nomeadamente confrontada com o debate parlamentar, é que muitos julgam que a transferência de poder para outras

regiões faz-nos corrigir erros do passado, faz-nos fazer atos de contrição e mais do que isso não nos prejudica ao nível das normas, valores e ideias.

E porque é que eu tinha de começar por aqui? Porque hoje assinalamos o Dia Internacional dos Direitos do Homem. Ora, não é possível que nós não consigamos entender que este dia, 10 de dezembro de 1948, apesar da Declaração Universal não ter caráter vinculativo, assinala-se porque nós, os vencedores da Segunda Guerra Mundial, conseguimos titular para a ordem internacional um conjunto de normas e regras que não apenas regulavam os Estados, mas protegiam os indivíduos. Porquê? Porque lhes conferiam algo muito importante que é serem sujeitos de Direito Internacional Público. Quando nós não percebemos que o multiculturalismo, que o relativismo cultural dentro das nossas sociedades se confrontam diretamente com a universalidade dos direitos do Homem, caímos efetivamente no vazio e percebemos que esse vazio, naturalmente, é percecionado pelas outras potências como possibilidade de desafiar a ordem vigente.

Ou seja, aquilo que neste momento está em jogo não é apenas uma transição de poder absoluto, do ponto de vista económico e militar, é também uma transição de poder ideológico no sistema internacional e é isso que nos deve preocupar a todos. A questão é que nós, nos últimos anos, começámos a dizer que é preciso falar a linguagem do poder, não percebendo que até Alexander Wendt, um dos construtivistas mais citados a nível internacional, falava no *rump materialism*. É preciso haver um materialismo residual para que nós consigamos proteger efetivamente o tipo de ordem que nós queremos e isto faz-se de variadas formas.

A perceção que eu hoje tenho é que nós temos pudor de dizer que precisamos de capacidades militares, precisamos de entender o que está a acontecer a nível desta ordem internacional para nos podermos capacitar.

Não sei se as nossas opiniões públicas estão hoje preparadas para a reindustrialização da indústria de Defesa europeia, acredito que estejam, ou acredito que possamos fazer esse exercício em conjunto, até porque normalmente a indústria de Defesa tem trazido também avanços significativos, em todos os momentos da nossa história, do ponto de vista tecnológico para o domínio civil e isto também importa ser esclarecido à população. Mas o que hoje, aparentemente, se vislumbra na União Europeia, pelo menos entre as opiniões públicas europeias, é que há uma pouca predisposição de transferência das rubricas orçamentais das *low polices*, das políticas públicas tradicionais, para a Defesa. Aqueles que estão a fazê-lo, e foi destapado pelo Senhor General com mais vigor, são efetivamente aqueles Estados em que a perceção de ameaça é maior. Mas porque é isto tão importante em relação ao Indo-Pacífico? Porque o Indo-Pacífico é provavelmente a região do mundo que mais desafios traz a esta ordem, e porquê? Porque há uma batalha que nós já perdemos que é a batalha da demografia.

Agora, a emergência do Indo-Pacífico surge também, de certa forma, para recuperarmos a condução da política externa por parte do Ocidente. Reparem que nós não ouvíamos falar de Indo-Pacífico, ouvíamos falar da região Ásia-Pacífico, da região asiática. Então quando é que nós fazemos esta mudança semântica e naturalmente geopolítica para Indo-Pacífico? A designação, efetivamente, não depende da alteração

geográfica, mas dos interesses geopolíticos e surge pela mão do Japão e da Índia, porquê? Porque queriam conter, em 2016, quando começaram a perceberem que a China era não apenas um ator hegemónico regional, mas podia ser um ator global que naturalmente iria desafiar estas duas potências regionais, a Índia e o Japão. E, claro, foi naturalmente apoiada, desde o início, pelos Estados Unidos e pela Europa. E, a partir daí, do ponto de vista hermenêutico, nós começámos apenas a ouvir falar de Indo-Pacífico. Um dos principais críticos à denominação geopolítica desta região como Indo-Pacífico é a China. É a China porquê? Porque nos diz que, na verdade, esta denominação interessa sobretudo os interesses dos ocidentais, não os interesses ou os propósitos daquela região.

“A forma como os líderes definem as regiões pode afetar a alocação de recursos e a atenção, a classificação dos amigos e dos inimigos, quem é convidado e quem é esquecido” defendeu Rory Medcalf no seu livro *Império Indo-Pacífico*, em 2020. Ora, esta denominação hoje também é importante porque nos permite posicionar relativamente aos nossos aliados no Indo-Pacífico. O Indo-Pacífico não é uma massa homogénea que nós podemos dizer que está em confrontação ou competição – aliás, como destapa a Bússola Estratégica e o Conceito Estratégico da NATO, os dois documentos, quer o da Aliança, quer o da União Europeia, falam em competição estratégica.

Alguns autores, neste momento, já apontam para uma confrontação estratégica, que já ultrapassou efetivamente a fase da competição em relação ao Ocidente. Mas, reparem, nós temos ali efetivamente aliados que importa preservar e outros que importa puxar, e falo da Coreia do Sul, do Japão, da Austrália, da Nova Zelândia, entre outros que estão neste momento em processo de aproximação ao Ocidente.

Apesar da caracterização do Indo-Pacífico, como eu dizia, ser muito heterogénea, e vai depender seguramente de quem o caracterize, é indiscutível que nesta zona se encontra o país mais populoso do mundo, a maior democracia do mundo – independentemente de podermos entrar aqui, do ponto de vista da Ciência Política, na discussão daquilo que são as variáveis da democracia, e se a Índia cumpre ou não os padrões de alguns dos países ocidentais –, o país com mais muçulmanos (a Indonésia) e tem mais de metade da população global. Por isso é que eu dizia que do ponto de vista demográfico nós já perdemos. Aliás, se nós, hoje, somarmos a população da União Europeia, dos Estados Unidos, do Canadá, de todos os Estados europeus que não pertencem à UE, isto é, se colocarmos aqui toda a região geopolítica da Europa, Estados Unidos e Canadá e os nossos aliados na Ásia, nós não chegamos a 1,4 mil milhões de habitantes. Ora, só a China, a Índia e o continente africano (os 54 Estados africanos) têm efetivamente este número de população, isoladamente.

Agora, há aqui alguns dados que podemos ver: tem pelo menos 38 países, 44 % da área terrestre do mundo, 65% da população mundial, 62% do PIB mundial e 51% do comércio mundial global. Mas isto não pode ser visto de uma forma homogénea, ou seja, eu coloco ali aqueles dados, mas estes dados são fragmentados. Quando nós dizemos “a Europa pode fragmentar-se” ou “os Estados Unidos internamente estão muito fragmentados”, a Ásia também não é uniforme, não é homogénea naquele que é o entendimento até da política externa.

Há, efetivamente, algumas mudanças geopolíticas, desde 2001, que importa destacar, nomeadamente, a Organização para a Cooperação de Xangai; depois a Austrália, a Índia, o Japão e os Estados Unidos, em 2007, com a iniciativa QUAD reativam a parceria – reparem, eu tentei colocar aqui algo que destacasse que sempre que há um movimento, de certa forma, de recuperação de poder por uma parte, há outro de contenção. Em 2013, o presidente Xi Jinping anunciou a Rota da Seda Terrestre no Cazaquistão e depois a Rota da Seda Marítima em Jacarta, na Indonésia. A Rússia, para também responder a este lançamento, em 2014 lança a União Económica Asiática. Ainda que nós possamos discutir aqui o sucesso ou o insucesso das iniciativas, nós também percebemos uma coisa: a própria Rússia e a própria China não são dois atores que nós possamos dizer que são aliados *inter pares* de uma forma completamente coesa; há também discussão de poder entre eles, aliás, aquilo que nós vemos hoje é que há efetivamente uma discussão muito grande entre os atores. Depois, vemos a confrontação com Taiwan, depois da vitória em 2016, e a competição, em 2017, com o presidente Donald Trump, que lança a estratégia dos Estados Unidos para o Indo-Pacífico, livre e aberto – e, atenção, as estratégias que se seguiram do Japão, da Austrália e da União Europeia em 2021, todas, têm estas duas palavras, livre e aberto, todas acomodam uma estratégia para o Indo-Pacífico que seja efetivamente livre e aberto.

E depois, do ponto de vista militar, o dado que me parece mais importante e que tem passado completamente despercebido é a base chinesa do Djibouti. Eu devo dizer que tenho chamado a atenção de que neste momento o que importa não é apenas o investimento que a China tem vindo a fazer ao nível da Defesa, nomeadamente na região do Indo-Pacífico, mas aquilo que recuperou para si da mudança hermenêutica do nome. Nomeadamente, voltando-se para África do ponto de vista militar, porque, ao contrário da ingenuidade europeia, aquilo que hoje se percebe é que a China sabe que não há poder, não é possível ser um ator global, sem capacidades militares.

Então nós olhamos para os investimentos na Defesa – e por isso é que a Defesa é tão importante – e vemos que seis das maiores Forças Armadas do mundo, China, Índia, Rússia, Japão, Paquistão e Indonésia, situam-se efetivamente na região do Indo-Pacífico. Cinco países possuem armas nucleares, China, Índia, Paquistão, Rússia e Coreia do Norte, e há um ambiente geoestratégico predominantemente aeronaval e espacial. Porque é que a tipologia do poder ou, pelo menos, das operações que podem vir a ser conduzidas são tão importantes? Para que nós consigamos entender quais são as capacidades em que nós temos de investir, para dar resposta. Ou seja, nós não vamos estar a investir em capacidades quando os outros têm outro tipo de capacidades que podem ultrapassar as nossas.

Relativamente aos países do Indo-Pacífico, há algo em comum. Eles não estão de acordo entre eles. Eu própria, devo dizê-lo, sou muito crítica em relação à utilização da terminologia “Sul Global”, porquê? Porque nós podemos explorar aquilo que existe de fraturas entre estes Estados, entre Índia–Paquistão–Caxemira, por exemplo. Aliás, se formos a qualquer um deles nós conseguimos efetivamente encontrar motivos de desestabilização. Eu acho que tem sido essa a estratégia dos Estados Unidos e parece-me que pode concorrer por aí, pode efetivamente vir a ser um dos elementos.

Agora, os desafios da militarização na região. O que nos traz a militarização da região? Uma maior presença militar pode dissuadir potenciais agressores e aumentar a estabilidade regional; pode reforçar efetivamente alianças, isto é, colaborações militares podem fortalecer os laços entre Estados, promovendo a cooperação e a confiança – e agora nós temos é que perceber quais é que são os aliados que nós queremos, e por isso é que o QUAD é tão importante –; e a militarização impulsiona a inovação tecnológica, beneficiando tanto o setor de defesa quanto os civis.

Agora, quais são os riscos que nós temos, neste momento, em relação à militarização da região? A confrontação pode levar a tensões elevadas e potenciais conflitos entre os Estados; há uma alocação de recursos e a União Europeia pode perder relevância estratégica, bem como o Atlântico – porque esta alocação de recursos, nomeadamente do Ocidente liberal, aqui com um *hegemon* claro que são os Estados Unidos, está neste momento muito mais virada para o Pacífico –; e o Dilema da Segurança poderá desencadear uma potencial insegurança – aliás, como nós assistimos no quadro da Guerra Fria.

A questão do poder marítimo tem sido também destapada por vários autores que se têm dedicado, sobretudo, ao estudo do crescente poder do Indo-Pacífico, e sobretudo da China, por causa do controlo dos portos. Inicialmente julgava-se que o controlo dos portos era apenas numa lógica comercial ou económica. A *Foreign Affairs* do último trimestre diz que na China, nos últimos anos, o desenvolvimento ou projeção de poder nunca foi, em última instância, económico, sempre foi muito mais alargado, nomeadamente com o intuito militar e de controlo militar de determinadas regiões. E hoje, por acaso, quando me recordei dessas palavras a vir para aqui, lembrei-me de outra questão, é que depois da agressão russa à Ucrânia, no dia 24 de fevereiro 2022, a Alemanha vende 25% do Porto de Hamburgo à empresa chinesa Cosco. Como é possível nós não percebermos que, a partir do momento em que alienamos parte dos nossos portos, eles também não têm utilização exclusivamente económica ou comercial. Há pouco falava na tecnologia de uso dual, do ponto de vista tecnológico, mas - atenção - os portos têm também essa questão.

Eu estou sempre muito preocupada com o Djibouti, porque a desestabilização do Sahel, que tem sido muito apontada à Rússia, primeiro ao grupo Wagner, depois da morte de Prigozhin, houve ali uma reconceptualização – as palavras importam muito nas relações internacionais – das forças e agora é a Africa Corps. O que nos sugere isto do ponto de vista da história das relações internacionais?

Curiosamente aquilo que nós temos assistido é que a importância do poder, nomeadamente das bases militares, para a China é para:

- Projeção de poder como ator global
- Influência nas decisões políticas. Hoje, as organizações internacionais multilaterais, nomeadamente as Nações Unidas, estão capturadas naquilo que é a decisão política pelo maior número de Estados, e estas são as regras que nós estabelecemos, as regras da democracia, nomeadamente na Assembleia Geral. Então se o maior número de Estados não pertence à ordem liberal ocidental, o que é que isso significa? Que as votações estarão sempre alinhadas com aqueles

que querem a queda dessa ordem. E, claro, a China hoje tem uma influência nas decisões políticas no quadro multilateral muito grande. Atenção também a esta questão a propósito da União Europeia, toda a política da União Europeia para África foi sempre condicional. A condicionalidade da ajuda europeia ao continente africano implicava sempre transição democrática, respeito pelos direitos humanos, ou pelo menos a sua subscrição. A visão quer russa quer chinesa para o continente africano não tem essa condicionalidade, é apenas em troca de poder e em troca de influência.

- Discussão da hegemonia global – É curioso que nós não queremos utilizar elementos realistas, nomeadamente no debate público, mas depois só falamos em hegemonia, atores globais, transição de poder que são apenas axiomas da teoria realista.

Quais é que são os desafios para os *small states* na região? E aqui para fazer a transição também para Portugal, não que seja um *small state*, até porque é um *equal partner* no quadro da União Europeia, mas para percebermos de que forma é que podem ter implicações diretas quer para a Europa, quer para os Estados Unidos, quer também para Portugal.

Riscos com impacto menor e tipo de probabilidade: raro – aumento das oportunidades de comércio; improvável – parcerias económicas limitadas; possível – acesso a tecnologia; provavelmente – intercâmbios culturais, e por isso é que eu falava também da questão do relativismo cultural que hoje também se começa a observar. Com impacto moderado e tipo de probabilidade: raro – disputas diplomáticas menores; improvável – Riscos de dependência económica; possível – questões de segurança marítima; provavelmente – a influência das grandes potências. Com impacto maior e tipo de probabilidades: raro – tarifas comerciais e sanções; improvável – ameaças à cibersegurança; possível – pressão militar da China; provavelmente – a perda investimento.

Aqui, em relação às ameaças à cibersegurança, vejamos que hoje grande parte daquilo que é analisado e que é colocado como *open source* (OSINT, Open Source Intelligence) é diariamente pulverizado com *fake news*. Claro que nós, e falo por aquilo que é a estratégia europeia e a estratégia nacional de cada Estado-membro, temos *human intelligence* que depois faz essa distinção entre aquilo que é facto e aquilo que não é. Mas a quantidade de desinformação que hoje mina e compromete as democracias liberais tem sido efetivamente também um dos maiores flagelos.

Depois, um risco com impacto severo, mas que provavelmente será raro, é um conflito territorial; improvável, a intervenção militar; possível, perda de soberania; provavelmente, colapso económico de alguns destes pequenos Estados.

E, nestes pequenos Estados, a questão de Taiwan. Relativamente à questão de Taiwan, o primeiro problema é o dos desafios ao reconhecimento internacional e à soberania de Taiwan, nomeadamente as relações diplomáticas limitadas com outros Estados e a pressão da China para isolar Taiwan globalmente. Ora, esta pressão para isolar globalmente também é para controlar algo muito importante de Taiwan, sobretudo os *microchips* e a empresa TSMC. Se não houver qualquer tipo de interesse num *small state*,

para a potência este não tem qualquer valor. Contudo, Taiwan é hoje tão importante, porque é efetivamente um *small state* que a China pretende isolar, não apenas pela Política de Uma Só China, mas também pelo fornecimento a nível internacional de componentes fundamentais para o domínio da tecnologia. Segundo problema, os exercícios militares frequentes perto de Taiwan pela China, ou seja, o aumento das tensões, e o potencial conflito militar que nós temos sempre em cima da mesa.

Ora, as mudanças geopolíticas no Indo-Pacífico – isto para levarmos depois às conclusões finais e antes de fecharmos com Portugal – são as seguintes: a influência da China cresce significativamente na região; do ponto de vista estratégico, os países alinham as suas estratégias e parcerias militares – hoje, temos o Indo-Pacífico muito mais fragmentado e se isso será ou não bom para o Ocidente assim veremos, dependendo de quem sairá vencedor, pois é sempre quem sai vencedor que dita as regras do jogo, depende se for a Austrália, o Japão, a Coreia do Sul –; surge uma mudança em direção a uma distribuição de poder multipolar; a dinâmica da segurança evolui em resposta ao aumento das tensões; os Estados fortalecem alianças crescentes contra ameaças comuns; as normas e regras internacionais enfrentam novos desafios; e, do ponto de vista económico, as rotas comerciais e os interesses económicos tornam-se mais contestados.

Permitam-me apenas que recupere aqui a questão da multipolaridade mesmo na região. Multipolaridade não significa multilateralismo, quando nós falamos na distribuição do poder relativo mesmo na região, nós estamos a falar sempre de poder. Esta multipolaridade pode não subscrever qualquer regra internacional e pode rejeitar efetivamente o multilateralismo.

As abordagens europeias para o Indo-Pacífico. Nós temos tido abordagens nem sempre semelhantes. Em relação à França, à Alemanha, aos Países Baixos e ao Reino Unido: o Reino Unido tem focado sobretudo a cooperação ao nível da Defesa; os Países Baixos ao nível de um elemento sobretudo da Defesa que é a questão marítima; a França, a mobilização para a cooperação internacional, os direitos também marítimos, mas a presença através do território – e por isso é que a França está a ser tão rejeitada em África hoje, não é só por complexos neocoloniais, é algo muito mais profundo, e tem que ver com o entendimento do exercício do poder francês nos territórios, mas sobretudo tem que ver com o contrabalançar e diminuir do direito marítimo pela China –; a Alemanha teve, nos últimos 20 anos, uma lógica de política externa de interdependência complexa em que considerava mesmo que, de um ponto de vista neoliberal, a partir do momento em que há uma interdependência complexa entre os Estados, a distribuição dos ganhos acontece, ainda que ela seja assimétrica – mas, claro que quando alguém percebe que a distribuição dos ganhos é demasiado assimétrica torna-se um grande desafio, e por isso alguns estão a optar pelos jogos de soma nula. Mas, a Alemanha entre estes quatro tem sido aquele que tem tido uma abordagem muito mais interdependente com o Indo-Pacífico.

A perspetiva da Índia sobre o Indo-Pacífico. Eu trago aqui a Índia e a Austrália, porque não me era possível estar a destapar todos os Estados do Indo-Pacífico e de que forma nós podemos penetrar. Eu acho que, neste momento, talvez a Índia e a

Austrália possam ser os nossos maiores parceiros, aliados, e mais, interlocutores para conter a hegemonia da China. A Índia tem apostado no desenvolvimento, com foco no desenvolvimento regional e na cooperação entre vários Estados da região; tem sido um promotor da liberdade de navegação e na adesão ao direito internacional; tem encorajado o diálogo inclusivo para fomentar a cooperação; tem defendido normas que respeitam a soberania e a integridade territorial globalmente; tem também adotado uma política de colaboração, nomeadamente no fortalecimento de parcerias com países que compartilham a mesma visão para a segurança regional; e, no que concerne à conectividade, tem vindo a aprimorar a conectividade regional para melhorar o comércio e o benefício mútuo.

A Austrália, do ponto de vista militar, como nós sabemos, tem estado muito próxima dos aliados – aliás, às vezes exaspera-se com a França por causa dos Estados Unidos, outras vezes com os Estados Unidos por causa da França, mas há aqui efetivamente uma ligação muito próxima connosco –; relativamente às alianças, pretende fortalecer parcerias com os Estados Unidos, Japão e outros aliados; na resposta à crise, procura desenvolver uma resposta militar credível; e tem como restantes focos na sua estratégia as políticas comerciais, a segurança marítima, a influência e o engajamento ativo – aliás, a Austrália tem sido um dos principais promotores neste engajamento para trazer efetivamente os parceiros.

Agora, no Indo-Pacífico, e era aqui que eu queria chegar antes de chegar a Portugal. Nós podemos dizer que há efetivamente uma hegemonia do Indo-Pacífico a nível global, hoje, e que a ordem liberal ocidental já caiu, como hoje foi dito de manhã, ou que estamos a assistir a uma multipolaridade ou então nada disto. Como inquieta que sou, eu acho que é muito difícil falar em hegemonia no quadro do Indo-Pacífico, porque a hegemonia é efetivamente muito disputada nesta região. Não me parece que a China possa emergir ou tenha já emergido como ator global, quando tem efetivamente a Índia, a Austrália e o Japão (e falo apenas destes três) com competências que também disputam regionalmente o poder naquela região.

Depois, o multilateralismo neste quadro é muito sobreposto. Nós não podemos falar num multilateralismo em que o *hegemon* é a China porque temos quadros multilaterais em que o Japão é efetivamente o Estado diretor, temos outros em que é a Austrália. E importa para o Ocidente destapar este multilateralismo, e mais, que ele cresça, que ele floresça, para se perceber que não há um *senior partner* nas relações multilaterais neste quadro, ou um que domina efetivamente as relações multilaterais.

Então, há uma transição de poder absoluto ou relativo? Eu acho que a transição de poder está a acontecer de facto, mas é relativa, não é absoluta. Saibamos nós estar à altura das nossas responsabilidades, saibamos nós perceber que este momento é decisivo. Nós tivemos muitos anos uma cartografia do mapa-mundo que apresentava efetivamente Portugal, aliás, a Europa e o continente africano no centro do mundo. A cartografia pode mudar para os nossos netos, para os nossos bisnetos e passar a ser o Pacífico no centro do mundo e a Europa passar para segundo plano. Agora, eu acho que estes desafios que nós hoje enfrentamos não são decisivos, como nada é na nossa história. A história depende sempre daquilo que nós conseguimos ou não interpretar, e mais, mobilizar,

ou seja, depende dos homens e as mulheres que nós vamos conseguir mobilizar para proteger e defender efetivamente os nossos interesses estratégicos.

Portugal e o Indo-Pacífico. Nós temos efetivamente um compromisso de promover o diálogo bilateral e multilateral, a cooperação, a promoção dos direitos humanos e uma ordem baseada em regras, inclusivamente organizámos a 16.<sup>a</sup> Cimeira EU-Índia no Porto, durante a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia em 2021. Mas temos alianças com vários Estados, nomeadamente com o Japão, Austrália, Coreia do Sul e Estados do Sudeste Asiático. Singapura tem sido um parceiro muito próximo, tendo o Ministério dos Negócios Estrangeiros participado recentemente na secção “Diálogo sobre a Ásia” do Seminário Diplomático em 2024, em Lisboa, e há esforços para promover a adesão de Timor-Leste à ASEAN.

Porque é que eu acho que Portugal é tão importante? Eu considero mesmo que Portugal não tem o mesmo peso, por exemplo, em termos de Conselho, que os outros Estados-membros da União Europeia que têm o mesmo número de habitantes que nós, como, por exemplo, a Suécia, porque a nossa posição geográfica, a nossa história e a nossa identidade dão-nos um capital de negociação muito maior em qualquer fórum, e não apenas no fórum europeu, não apenas no fórum atlântico, mas também no fórum do Indo-Pacífico. E, por isso, as direções futuras para Portugal apontam no sentido de recuperar alianças, nomeadamente no continente africano e na Índia – não podemos perder o continente africano para a China nem para a Rússia –, promover a cooperação económica, aumentando as relações comerciais com economias de mercados emergentes – e neste ponto das alianças, nós temos de falar do ponto de vista transacional também, não pode ser completamente abnegado e benigno, porque os outros não o fazem assim, a questão tem sido essa –, e aprimorar a cooperação em segurança marítima, participando ativamente de iniciativas regionais de segurança marítima e investindo na segurança do Atlântico. Parece-me que estes três eixos podem reposicionar Portugal, quer na ordem liberal ocidental que importa proteger, mas também naquelas latitudes em que hoje se discute a nossa hegemonia.

Muito obrigada.

## Índice de IDN Cadernos Publicados

### III SÉRIE

	55	V Seminário de Defesa Nacional
2024	54	IX Seminário IDN Jovem
	53	VIII Seminário IDN Jovem
	52	As Consequências Estratégicas da Guerra Russo-Ucraniana
2023	51	IV Seminar of the Atlantic Centre
	50	IV Seminário de Defesa Nacional
	49	VII Seminário IDN Jovem
	48	<i>Zeitenwende</i> : a Alemanha, a NATO e a Segurança Europeia no Contexto da Guerra na Ucrânia
2022	47	VI Seminário IDN Jovem
	46	III Seminário de Defesa Nacional
	45	III Seminário do Centro do Atlântico
2021	44	Documentos Estratégicos de Segurança e Defesa
	43	II Seminário de Defesa Nacional
	42	Tattered Alliance: Donald Trump and Europe
	41	Cyber Defence in the 5+5 Area: Prospects for Cooperation
	40	Atlantic Centre
	39	Dragon Rejuvenated: Making China Greatest Again
	38	Atlantic Centre for Defence Capacity Building
2020	37	Prospects for Euro-Atlantic Cooperation
	36	V Seminário IDN Jovem
	35	A Antártida no Espaço Geopolítico do Atlântico Sul
	34	Despojos de Guerra: As Consequências e Sequelas da Primeira Guerra Mundial
2019	33	IV Seminário IDN Jovem
	32	Seminário de Defesa Nacional
	31	A Democracia na Europa: Alemanha, França, Reino Unido e Espanha Face às Crises Contemporâneas
2018	30	III Seminário IDN Jovem
	29	Cibersegurança e Políticas Públicas: Análise Comparada dos Casos Chileno e Português
	28	Contributos para uma Estratégia Nacional de Ciberdefesa

	27	Economia da Defesa Nacional
	26	Novo Século, Novas Guerras Assimétricas? Origem, Dinâmica e Resposta a Conflitos não-Convencionais
2017	25	II Seminário IDN Jovem
	24	Geopolitics of Energy and Energy Security
	23	I Seminário IDN Jovem
	22	Entering the First World War
2016	21	Os Parlamentos Nacionais como Atores Dessecuritizadores do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça da União Europeia: O Caso da Proteção de Dados
	20	América do Sul: uma Visão Geopolítica
2015	19	A Centralidade do Atlântico: Portugal e o Futuro da Ordem Internacional
	18	Uma Pequena Potência é uma Potência? O Papel e a Resiliência das Pequenas e Médias Potências na Grande Guerra de 1914-1918
	17	As Ásias, a Europa e os Atlânticos sob o Signo da Energia: Horizonte 2030
	16	O Referencial Energético de Gás Natural Euro-Russo e a Anunciada Revolução do <i>Shale Gas</i>
2014	15	A Diplomacia Militar da China: Tipologia, Objetivos e Desafios
	14	Geopolítica e Geoestratégia da Federação Russa: a Força da Vontade, a Arte do Possível
	13	Memória do IDN
2013	12	Estratégia da Informação e Segurança no Ciberespaço
	11	Gender Violence in Armed Conflicts
	10	As Revoltas Árabes e a Democracia no Mundo
	9	Uma Estratégia Global para Portugal numa Europa em Crise
2012	8	Contributo para uma “Estratégia Abrangente” de Gestão de Crises
	7	Os Livros Brancos da Defesa da República Popular da China, 1998-2010: Uma desconstrução do Discurso e das Perceções de (in)Segurança
2011	6	A Arquitetura de Segurança e Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
	5	O Futuro da Comunidade de Segurança Transatlântica
	4	Segurança Nacional e Estratégias Energéticas de Portugal e de Espanha
	3	As Relações Energéticas entre Portugal e a Nigéria: Riscos e Oportunidades
2010	2	Dinâmicas Migratórias e Riscos de Segurança em Portugal
	1	Acerca de “Terrorismo” e de “Terrorismos”

## II SÉRIE

- 2009 4 O Poder Aéreo na Transformação da Defesa  
O Programa de Investigação e Tecnologia em Veículos Aéreos Autónomos Não-Tripulados da Academia da Força Aérea
- 
- 3 Conhecer o Islão
- 
- 2 Cibersegurança  
Segurança e Insegurança das Infra-Estruturas de Informação e Comunicação Organizacionais
- 2008 1 Conflito e Transformação da Defesa  
A OTAN no Afeganistão e os Desafios de uma Organização Internacional na Contra-subversão  
O Conflito na Geórgia
- 

## I SÉRIE

- 2007 5 Conselho de Segurança das Nações Unidas Modelos de Reforma Institucional
- 4 A Estratégia face aos Estudos para a Paz e aos Estudos de Segurança. Um Ensaio desde a Escola Estratégica Portuguesa
- 
- 3 Fronteiras Prescritivas da Aliança Atlântica Entre o Normativo e o Funcional
- 2006 2 Os Casos do Kosovo e do Iraque na Política Externa de Tony Blair
- 1 O Crime Organizado Transnacional na Europa: Origens, Práticas e Consequências
-





idn cadernos

VI SEMINÁRIO DE DEFESA NACIONAL  
10 DE DEZEMBRO DE 2024



idn Instituto  
da Defesa Nacional

